



**CENTRO DE HUMANIDADES OSMAR DE AQUINO
CAMPUS III – GUARABIRA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

LINHA DE PESQUISA

Espaço Agrário: reorganização espacial e relações de trabalho

EDUARDA LUNA DOS SANTOS

**USO DOS TERRITÓRIOS AGRÁRIOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO
CURIMATAÚ – NORDESTE DO BRASIL**

GUARABIRA/PB

2020

EDUARDA LUNA DOS SANTOS

**USO DOS TERRITÓRIOS AGRÁRIOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO
CURIMATAÚ – NORDESTE DO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso de Geografia na forma de Monografia, requisito obrigatório para a obtenção do título de Licenciada em Geografia pela Universidade Estadual da Paraíba.

Orientador: Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues.

GUARABIRA/PB

2020

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S237u Santos, Eduarda Luna dos.
Uso dos territórios agrários da bacia hidrográfica do Rio Curimataú - Nordeste do Brasil [manuscrito] / Eduarda Luna dos Santos. - 2020.
65 p. : il. colorido.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2020.
"Orientação : Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues, Coordenação do Curso de Geografia - CH."
1. Território, Bacia Hidrográfica, Curimataú, Ocupação. 2. Território. 3. Bacia hidrográfica. 4. Rio Curimataú. 5. Ocupação. I. Título

21. ed. CDD 910

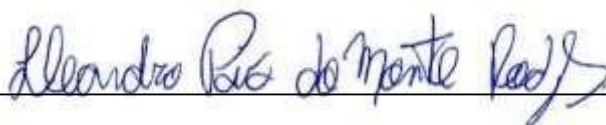
EDUARDA LUNA DOS SANTOS

**USO DOS TERRITÓRIOS AGRÁRIOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO
CURIMATAÚ – NORDESTE DO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso de Geografia na forma de Monografia, requisito obrigatório para a obtenção do título de Licenciada em Geografia pela Universidade Estadual da Paraíba.

Aprovada em _01_/_12_/_2020_____

Banca Examinadora



Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues – UEPB/DG/CH
Orientador (Doutor em Geografia pela UFRN)



Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto - UEPB/DG/CH
Examinador (Doutor em Sociologia pela UFPB/UFCG)



Prof. Dr. Ivanildo Costa da Silva – UEPB/DG/CH
Examinador (Doutor em Geografia pela UFPB)

GUARABIRA/PB
2020

AGRADECIMENTOS

A Deus, por estar sempre comigo, mim concedendo saúde, inteligência, força, coragem e determinação para conseguir vencer mais essa etapa, apesar de todos os obstáculos e adversidades encontradas ao longo desta caminhada. E por não me deixar desistir, diante das provações.

A meus pais Otávio Alves dos Santos e Maria do Socorro de Luna, que sempre fizeram o possível e o impossível para a concretização desse sonho. Apoiando e incentivando em todos os momentos. Até mesmo nos dias de sol e de chuva, nunca me deixaram desistir.

A minha irmã Rilávia Luna, por tudo que fez e faz por mim. Me ajudando e aconselhando em todas as horas. Obrigada por acreditar em mim e ter colaborado para a realização desse sonho.

Ao meu noivo Josivaldo Soares, pela paciência, carinho e apoio nos momentos bons e ruins. Apesar da distância, esteve presente de alguma maneira, sempre me incentivando a seguir em frente. Obrigado pelo amor e companheirismo.

A todos da família, primas (os), madrinhas, tios (as) e amigas (os) próximos, que colaboraram direta ou indiretamente, nessa jornada acadêmica, seja com palavras de incentivos, apoio ou com hospedagens quando precisei ao longo desses anos.

A turma 2015.2 tarde, pela amizade, pelos bons momentos e pelas experiências vividas e compartilhadas ao longo desses anos. Em especial a Damiana, Polyana, Paula Tatiana e Aryan. As minhas amigas Polyana e Paula Tatiana, as irmãs que sempre me ajudaram e mim apoiaram, além de mim hospedar em sua casa sempre que precisei. A amizade das “meninas superpoderosas” será para a vida toda.

A todos os professores, que contribuíram para a minha formação acadêmica e profissional, dando apoio e orientações de como seguir na carreira de docente. Ensinararam que ser professor (a) não é tarefa fácil, mas com dedicação e muito estudo, é possível alcançar tal objetivo. Agradecer também, a banca examinadora, que analisaram com atenção e dedicação.

Ao meu orientador Leandro Paiva do Monte Rodrigues, pela disposição, ensinamentos, incentivos e pela oportunidade de fazer parte do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC) como bolsista (Cota 2019-2020), que foi a

base para este TCC. Agradeço por todo o conhecimento construído ao longo dessa etapa e durante a pesquisa.

Ao professor Belarmino Mariano (Belo), pelas aulas motivadoras e cheias de conhecimentos, fundamentais na minha formação docente. Além da oportunidade de participar do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC), primeiro como voluntária (Cota 2017-2018) e depois como bolsista (Cota 2018-2019) em seu projeto. Contribuindo assim, para a finalização desta pesquisa, bem como para a minha vida acadêmica.

043 - GEOGRAFIA

TÍTULO: USO DOS TERRITÓRIOS AGRÁRIOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO CURIMATAÚ – NORDESTE DO BRASIL

LINHA DE PESQUISA: Espaço Agrário: reorganização espacial e relações de trabalho

AUTORA: Eduarda Luna dos Santos

ORIENTADOR: Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues (UEPB/DG/CH)

BANCA EXAMINADORA: Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto (UEPB/DG/CH)

Prof. Dr. Ivanildo Costa da Silva (UEPB/DG/CH)

RESUMO

Os territórios agrários de uma bacia hidrográfica, possuem diversas formas de uso e ocupação, que leva em conta principalmente a presença de água, que é um dos fatores essenciais para a produção e estabelecimento de qualquer atividade econômica. A bacia hidrográfica do rio Curimataú, nasce no município paraibano de Barra de Santa Rosa e desagua no mar, no estado do Rio Grande do Norte, no município de Canguaretama. Ao todo, esta bacia percorre 32 municípios divididos entre estes dois estados (27 na Paraíba e 5 no Rio Grande do Norte). O objetivo desta pesquisa foi analisar o uso dos territórios agrários da Bacia Hidrográfica do Rio Curimataú (municípios da Paraíba e do Rio Grande do Norte) e as diversas formas de utilização/ocupação destes territórios ao longo da bacia. Metodologicamente foram utilizados o levantamento bibliográfico, onde foram utilizados autores como: Fernandes (2000; 2008; 2013); Girardi (2008); Moreira (1996; 2011); Raffestin (2008); Silva (2013) e Stédile (1997), que possibilitaram uma melhor compreensão sobre o tema. Levantamento de dados primários e secundários com base no IBGE e Censo agropecuário, e a realização de trabalhos de campo por alguns municípios da Paraíba e do Rio Grande do Norte, afim de observar na prática, as formas de ocupação dos territórios agrários. O processo de reforma agrária tanto no Brasil quanto nestes estados trabalhados, não ocorreram de forma fácil, houveram diversos conflitos entre latifundiários e camponeses. Assim, surgiram vários movimentos sociais, como as Ligas Camponesas, CPT e MST, que buscavam defender o direito dos trabalhadores e reivindicavam a distribuição justa da terra. Ao longo desta pesquisa, também foram identificadas outras formas de utilização destes territórios, como por exemplo a ocupação por meio de lavouras permanentes (coco-da-baía, banana, caju, entre outras); lavouras temporárias (cana-de-açúcar, milho, feijão, entre outras); pecuária; carcinicultura (criação de camarão na foz do rio) e o turismo. Portanto, esta pesquisa proporcionou o conhecimento das principais formas de ocupação, bem como a formação dos territórios agrários dos municípios pertencentes a bacia hidrográfica do rio Curimataú.

Palavras-chave: Território, Bacia Hidrográfica, Curimataú, Ocupação.

043 - GEOGRAFIA

TÍTULO: USO DOS TERRITÓRIOS AGRÁRIOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO CURIMATAÚ – NORDESTE DO BRASIL

LINHA DE PESQUISA: Espaço Agrário: reorganização espacial e relações de trabalho

AUTORA: Eduarda Luna dos Santos

ORIENTADOR: Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues (UEPB/CH/DG)

BANCA EXAMINADORA: Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto (UEPB/DG/CH)

Prof. Dr. Ivanildo Costa da Silva (UEPB/DG/CH)

ABSTRACT

The agrarian territories of a hydrographic basin have different forms of use and occupation, which mainly takes into account the presence of water, which is one of the essential factors for the production and establishment of any economic activity. The hydrographic basin of the Curimataú River, is born in the Paraíba municipality of Barra de Santa Rosa and empties into the sea, in the state of Rio Grande do Norte, in the municipality of Canguaretama. Altogether, this basin covers 32 municipalities divided between these two states (27 in Paraíba and 5 in Rio Grande do Norte). The objective of this research was to analyze the use of the agrarian territories of the Curimataú River Basin (municipalities of Paraíba and Rio Grande do Norte) and the different forms of use/occupation of these territories along the basin. Methodologically the bibliographic survey was used, where authors were used as: Fernandes (2000; 2008; 2013); Girardi (2008); Moreira (1996; 2011); Raffestin (2008); Silva (2013) and Stédile (1997), which enabled a better understanding of the theme. Survey of primary and secondary data based on the IBGE and agricultural census, and fieldwork carried out by some municipalities in Paraíba and Rio Grande do Norte, in order to observe in practice, the forms of occupation of agrarian territories. The agrarian reform process, both in Brazil and in these worked states, did not happen easily, there were several conflicts between landowners and peasants. Thus, several social movements emerged, such as the Ligas Camponesas, CPT and MST, which sought to defend the rights of workers and demanded a fair distribution of land. Throughout this research, other forms of use of these territories were also identified, such as occupation by means of permanent crops (coco-da-bay, banana, cashew, among others); temporary crops (sugar cane, corn, beans, among others); livestock; shrimp farming (shrimp farming at the mouth of the river) and tourism. Therefore, this research provided the knowledge of the main forms of occupation, as well as the formation of the agrarian territories of the municipalities belonging to the hydrographic basin of the Curimataú River.

Keywords: Territory, Hydrographic Basin, Curimataú, Occupation.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Quantidade e valor da produção nos municípios do alto curso do Rio Curimataú – PB em 2018.....	20
Tabela 2: Quantidade da pecuária bovina no médio curso do rio Curimataú – RN (2018).....	21
Tabela 3: Principais atividades econômicas do baixo curso do rio Curimataú – RN (2018).....	22
Tabela 4: População total, urbana e rural dos municípios na área de estudo da Paraíba.....	35
Tabela 5: Quantidade de assentamentos rurais pelo INCRA na Bacia Hidrográfica do Rio Curimataú na Paraíba.....	37
Tabela 6: População total, urbana e rural dos municípios pertencentes a Bacia Hidrográfica do Rio Curimataú no Rio Grande do Norte (2010).....	43
Tabela 7: Quantidade produzida de camarão no Brasil e Rio Grande do Norte.....	53
Tabela 8: Categorias das fazendas de camarão do Rio Grande do Norte (2011)..	54
Tabela 9: Produção Agrícola Municipal – Lavoura temporária PB e RN (2010 e 2018).....	59

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização do alto e médio curso do rio Curimataú – Paraíba.....	18
Figura 2: Localização da foz/baixo curso do rio Curimataú – Rio Grande do Norte.....	19
Figura 3: Assentamentos de Reforma Agrária pelo INCRA da Bacia Hidrográfica do Rio Curimataú – Paraíba.....	38
Figura 4: (A): Criação de ovinos, Dona Inês – PB. (B): Criação de bovinos, Dona Inês – PB.....	44
Figura 5: (A): Plantação de feijão, Dona Inês – PB. (B): Cultivo de milho, Dona Inês -PB.....	45
Figura 6: Plantação de banana, Pedro Velho – RN.....	45
Figura 7: (A): Depósitos de areia no leito do rio Curimataú, Cachoeirinha – Tacima - PB. (B): Extração de areia no leito do rio Curimataú, Pedro Velho/RN.....	46
Figura 8: (A): Viveiro de criação de camarão, Canguaretama – RN. (B): Placa da entrada da empresa Camanor, Canguaretama – RN. (C): Empresa de Larvicultura, Barra do Cunhaú – Canguaretama – RN. (D): Sede da Aquatec, Barra do Cunhaú – RN.....	47
Figura 9: (A): Portal de entrada do distrito de Barra do Cunhaú, Canguaretama – RN. (B): Restaurante e ponto turístico para passeios de barcos. (C): Barcos para passeios. (D): Foz do rio Curimataú, Barra do Cunhaú -RN.....	47
Figura 10: (A): Despejo de efluentes no leito do rio, Caiçara – PB. (B): Descarte inadequado de lixo no leito do rio seco, Caiçara -PB.....	48
Figura 11: Produção de banana do alto e médio curso do rio Curimataú (2017)....	52
Figura 12: Produção da cana-de-açúcar em 2017 – PB (alto e médio curso).....	53
Figura 13: Produção de coco-da-baía no baixo curso do rio Curimataú (2017) – Rio Grande do Norte.....	57
Figura 14: Produção de cana-de-açúcar no baixo curso do rio (2017) – Rio Grande do Norte.....	58

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABCC:** Associação Brasileira dos Criadores de Camarão
- AESA:** Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba
- ANA:** Agência Nacional das Águas
- BDRN:** Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte
- CNPq:** Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- CPT:** Comissão Pastoral da Terra
- EMPARN:** Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte
- FHC:** Fernando Henrique Cardoso
- IBGE:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- INCRA:** Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- MST:** Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra
- PA:** Projeto de Assentamento
- PAM:** Produção Agrícola Municipal
- PCB:** Partido Comunista Brasileiro
- PIBIC:** Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica
- Proálcool:** Programa Nacional do Álcool
- RPPN:** Reserva do Patrimônio Particular Nacional
- SEMARH-RN:** Secretaria Estadual de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos
- SIDRA:** Sistema IBGE de Recuperação Automática
- STR:** Sindicato dos Trabalhadores Rurais
- SUDENE:** Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
- SUDEPE:** Superintendência de Desenvolvimento da Pesca
- UEPB:** Universidade Estadual da Paraíba
- UFPB:** Universidade Federal da Paraíba
- UFRN:** Universidade Federal do Rio Grande do Norte

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 CARACTERIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO CURIMATAÚ E DOS MUNICÍPIOS PERTENCENTES.....	17
2.1 TERRITÓRIOS AGRÁRIOS E A IMPORTÂNCIA PARA A BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO CURIMATAÚ.....	20
3 PROCESSO DE REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL: CONFLITOS E DESAFIOS.....	23
4 LIGAS CAMPONESAS, CPT, MST: MOVIMENTOS SOCIAIS IMPORTANTES NA LUTA PELA TERRA.....	29
5 PROCESSO DE REFORMA AGRÁRIA NOS MUNICÍPIOS PARAIBANOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO CURIMATAÚ.....	35
6 REFORMA AGRÁRIA NO RIO GRANDE DO NORTE: DESTAQUE PARA OS MUNICÍPIOS PERTENCENTES A BACIA DO CURIMATAÚ.....	40
7 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	44
7.1 USO E OCUPAÇÃO DOS TERRITÓRIOS AGRÁRIOS DA BACIA DO CURIMATAÚ.....	44
7.2 ANÁLISES DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS TRABALHADAS.....	49
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
REFERÊNCIAS.....	63

1 INTRODUÇÃO

A reforma agrária no Brasil é resultado do conflito pela terra, um fenômeno que surgiu no país desde o período colonial. A divisão ou distribuição justa da terra é uma forma de conceder uma melhor condição de vida para aqueles que não tem o acesso à terra. A reforma agrária pode ser compreendida como “um amplo conjunto de mudanças profundas em todos os aspectos da estrutura agrária de uma região ou de um país, visando alcançar melhorias nas condições sociais, econômicas e políticas das comunidades rurais” (OLIVEIRA, 2007, p. 69).

Ao longo da história da reforma agrária no Brasil, foi criada a Lei de Terras em 1850, cujo objetivo foi a manutenção da concentração fundiária, pois apenas teria direito a posse da terra, aqueles que pudessem pagar por elas (MIRALHA, 2006). Essa lei foi criada para manter a estrutura agrária concentrada e evitar que os pobres tivessem acesso à terra. Além disso, foi criado durante o governo militar (1964) o Estatuto da Terra, que estabelecia o que era propriedade de terra no Brasil, além de definir as funções sociais que uma terra deve cumprir.

Com objetivo de reivindicar a realização da reforma agrária e com ela a distribuição mais justa da terra, diversos movimentos sociais surgiram, em defesa dos trabalhadores rurais. Podemos citar as Ligas Camponesas, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

Tanto a Paraíba quanto o Rio Grande do Norte, tiveram seus processos e conflitos de reforma agrária. Os municípios paraibanos estudados, contam com assentamentos de reforma agrária, frutos das reivindicações e da luta pela terra. Assim como na Paraíba, no Rio Grande do Norte a atuação dos movimentos sociais foram fundamentais na luta contra a concentração fundiária. Podendo destacar a atuação das Ligas camponesas e dos sindicatos rurais.

Este trabalho de conclusão de curso é resultado de pesquisas feitas durante o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC). Tal projeto é denominado de “Cartografias Territoriais da Bacia Hidrográfica do Rio Curimataú na Paraíba e Rio Grande do Norte – Nordeste do Brasil”.

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar o uso dos territórios agrários da bacia hidrográfica do rio Curimataú (municípios da Paraíba e do Rio Grande do Norte) e as diversas formas de utilização/ocupação destes territórios ao longo da bacia. Os objetivos específicos foram: compreender de forma geral a caracterização da reforma

agrária nos municípios trabalhados da Paraíba e Rio Grande do Norte; Identificar as principais formas de utilização desses territórios agrários; Representar por meio de técnicas cartográficas o uso dos territórios da Bacia Hidrográfica do Rio Curimataú.

Os territórios agrários da bacia hidrográfica do rio Curimataú, apresentam diversos tipos de utilização e isso pôde ser observado durante a realização desta pesquisa. As principais formas de ocupação e de atividades econômicas encontradas nestes municípios, foram as culturas permanentes (caju, manga, coco-da-baía, banana, entre outras); culturas temporárias (cana-de-açúcar, mandioca, milho, feijão, fava, entre outros); pecuária (bovinos, caprinos, ovinos, aves, entre outros); extração de areia; aquicultura (criação de peixe); carcinicultura (criação de camarão) e turismo. Além dessas culturas, podem ser encontrados os projetos de assentamentos, que se configuram também, enquanto uma forma de ocupação territorial.

A bacia hidrográfica do rio Curimataú é composta de 32 municípios divididos entre os estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Na Paraíba se encontra o alto e médio curso do rio, formados pelos municípios de: Barra de Santa Rosa, Olivedos, Pocinhos, Algodão de Jandaíra, Sossêgo, Cuité, Damião, Areial, Esperança, Remígio, Solânea, Bananeiras, Casserengue, Cacimba de Dentro, Dona Inês, Riachão, Araruna, Serra da Raiz, Belém, Duas Estradas, Sertãozinho, Lagoa de Dentro, Caiçara, Logradouro, Tacima, Jacaraú e Pedro Régis. Um total de 27 municípios. No Rio Grande do Norte situa-se o baixo curso e a foz do rio. Fazem parte os municípios de Canguaretama, Baía Formosa, Pedro Velho, Montanhas e Nova Cruz.

Para se alcançar os objetivos desta pesquisa, foram utilizados alguns procedimentos metodológicos, que contribuiriam na elaboração e compreensão do tema abordado. Metodologicamente foram utilizadas o Levantamento Bibliográfico, onde foram utilizados alguns autores como: Fernandes (2000; 2008; 2013); Girardi (2008); Lima (2008); Miralha (2006); Moreira (1996; 2011); Raffestin (2008); Sá Sobrinho (2010); Silva (2013); Stédile (1997), entre outros.

Tais autores contribuíram para melhor entender as questões agrárias, luta e formação dos territórios, em especial, aos pertencentes a bacia hidrográfica do Curimataú, além de abordarem sobre as diversas formas de utilização que um território agrário pode ter. Foram feitas pesquisas em sites das principais instituições de ensino dos estados (PB e RN), nos Programas de Pós-graduação de Geografia, em sites de grupos de pesquisa e em revistas científicas de geografia e áreas afins.

Levantamento de dados primários, através de entrevistas estruturada ou semiestruturada para a compreensão do uso do território ao longo do Rio Curimataú. Levantamento de dados secundários coletados a partir do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foram realizados downloads dos censos agropecuários e demográficos da Paraíba e do Rio Grande do Norte.

Dados do sistema de dados agregados do IBGE, conhecido como SIDRA (Sistema IBGE de Recuperação Automática), também foram utilizados. Através dele foi possível ter acesso aos dados da Produção Agrícola Municipal (PAM), bem como aos dados dos censos agropecuários da Paraíba e do Rio Grande do Norte de 1995, 2000 e 2017.

Os trabalhos de campo foram realizados, afim de confirmar e observar na prática, os dados secundários coletados anteriormente. Além de poder observar a realidade do uso e ocupação dos territórios agrários, para uma melhor compreensão entre teoria e prática. A pesquisa de campo foi realizada nos dias 02/05/2019 e 28/10/2019, entre os municípios que compõem a Bacia Hidrográfica do Rio Curimataú, pertencentes a Paraíba e ao Rio Grande do Norte. Estão divididos em Alto, Médio e Baixo Curso do Rio Curimataú.

Foram percorridos no alto curso, os municípios de Solânea/PB, Bananeiras/PB e Dona Inês/PB. Esta região situa-se na Região Intermediária de João Pessoa, no qual é caracterizado por uma área serrana, com altitude média superior a quinhentos metros em relação ao nível do mar. No médio curso, os municípios de Belém/PB, Tacima/PB, Caiçara/PB, Logradouro/PB e Nova Cruz/RN, foram percorridas. Foi possível perceber que o seu curso principal é marcado pela intermitência das águas.

Já o baixo curso, foram percorridos os municípios de Montanhas/RN, Pedro Velho/RN, Canguaretama/RN e Baía Formosa/RN. Localizados na Região Intermediária de Natal, nessa área o rio torna-se perene e muito utilizado por atividades agropecuárias, como a produção da cana-de-açúcar, além da aquicultura intensiva (criação de peixes) e a carcinicultura (criação de camarão em cativeiro). Outra utilização importante é a partir do Turismo, com principal área a Barra do Cunhaú no município de Canguaretama.

Dialeticamente falando, existe muitas contradições no campo causadas principalmente pelo capitalismo. As relações entre latifundiários e pequenos camponeses, pescadores e empresários, são opostas. Enquanto um quer apenas sobreviver minimamente de forma digna, o outro busca o lucro, a expansão,

reprodução e acúmulo de capital. Conservando assim, estruturas antigas de concentração de terra e de relações de trabalho desvantajosas.

A dialética foi utilizada enquanto método de análise, para a construção desta pesquisa, “visto que o método dialético requer o estudo da realidade em seu movimento, analisando as partes em constante relação com a totalidade” (OLIVEIRA, 2014, p. 53). No método dialético, tudo está interligado, sofrendo mudanças e transformações, que são causadas pela luta dos opostos, ou seja, por contradições.

A importância da pesquisa proposta vincula-se ao entendimento que a hidrografia contribuiu para o processo de ocupação e produção do espaço paraibano e potiguar. Um processo que só foi possível por meio do fluxo dos rios no qual possibilitou a construção de passagens e/ou caminhos, de moradias e de trabalho.

As mesorregiões e as microrregião, após a nova regionalização, passaram a se chamar de Região Intermediária e Região Imediata, respectivamente. E os municípios que fazem parte desta bacia, na Paraíba, estão divididos entre a Região Intermediária de João Pessoa e de Campina Grande e Região Imediata de Campina Grande; Cuité – Nova Floresta; Guarabira; Mamanguape – Rio Tinto. No Rio Grande do Norte, os municípios trabalhados estão situados na Região Intermediária de Natal e região Imediata de Canguaretama e de Santo Antônio – Passa e Fica – Nova Cruz.

Esta pesquisa é composta de seis capítulos. O primeiro busca caracterizar a bacia hidrográfica do rio Curimataú e os municípios que dela faz parte, apresentando a localização e introdução a forma de colonização e ocupação existente na área. Tratamos também da importância dos territórios agrários para a bacia hidrográfica estudada nesta pesquisa e as principais atividades econômicas existentes no curso do rio (alto, médio e baixo). O segundo capítulo busca tratar de forma breve, o processo de reforma agrária no Brasil. O terceiro relata o surgimento dos movimentos sociais: CPT, MST e Ligas camponesas.

O quarto capítulo, fala sobre o processo de reforma agrária nos municípios Paraibanos, que estão inseridos na bacia hidrográfica do rio Curimataú. O quinto capítulo, aborda a reforma agrária nos municípios norte-rio-grandense trabalhados. O sexto (Último capítulo), aborda sobre os resultados e discussões sobre as diferentes formas de uso e ocupação dos territórios agrários da bacia do Curimataú. Terminando com as considerações finais acerca do tema trabalhado e pesquisado.

2 CARACTERIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO CURIMATAÚ E DOS MUNICÍPIOS PERTENCENTES

Os municípios da bacia hidrográfica do rio Curimataú, enquanto área de estudo, também possui seus processos agrários e de utilização de terras. Bacia hidrográfica é um “conjunto de terras drenadas por um corpo d’água principal e seus afluentes” (SCHIAVETTI, 2002, p.17). Toda bacia hidrográfica assim como qualquer outro ecossistema, possuem “características físicas e bióticas, que apresentam grande importância para os processos do ciclo hidrológico, contribuindo para infiltração e quantidade de água produzida” (TEODORO, 2007, p. 42).

Essa bacia tem seu alto e médio curso, situados no semiárido paraibano, enquanto seu baixo curso situa-se no litoral do Rio Grande do Norte. A maior parte de seu curso enfrenta período de secas, pois os rios característicos de áreas semiáridas não se constituem uma fonte de água segura e duradoura, tendo em vista a pouca capacidade de armazenamento de água nos solos rasos, que mantém a condição de intermitência. Esse fato se agrava quando é acrescentado o processo de retirada das matas ciliares, a erosão e o aumento da insolação ao longo dos cursos d’água.

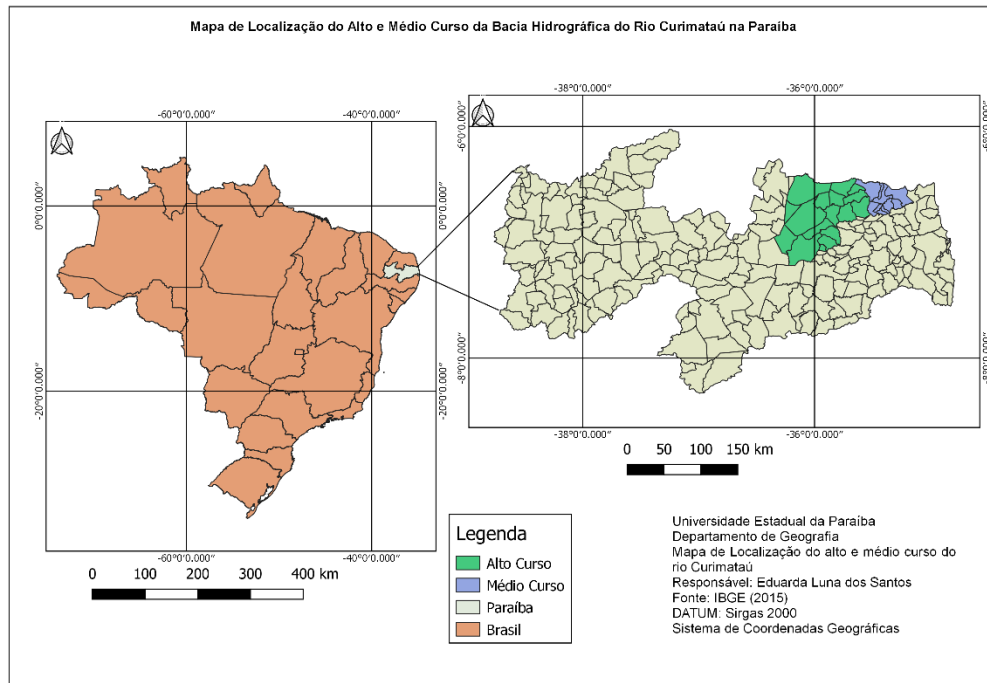
A importância do território de uma bacia hidrográfica vai além do seu caráter hídrico. São áreas repletas de relações sociais, culturais e econômicas, que se desenvolveram ao longo dos anos e de seu curso. Assim, “as múltiplas dimensões do território são produzidas pelas relações sociais, econômicas, políticas, ambientais e culturais” (FERNANDES, 2008, p. 202). Como ocorre nos territórios da bacia, onde esses tipos de relações se materializam.

Desde o processo de colonização e ocupação do Nordeste, que os rios e cursos de água, tiveram grande importância, pois foram caminhos de exploração, de comércio, de apropriação e de luta pela terra (MOREIRA, 1996). Além disso, muitas cidades e povoados se formaram nas margens dos rios, pois eram as áreas de maior circulação de pessoas.

A Bacia Hidrográfica do Curimataú está localizada entre os estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte, tem como principal rio, o Curimataú. “Abrange uma área de aproximadamente 4.000 km² entre esses dois estados” (ANA, 2017, p. 54). Na Paraíba faz limite ao leste com as bacias do rio Camaratuba e do rio Mamanguape; a oeste com as micro-bacias do Seridó e Picuí, pertencentes à bacia hidrográfica do Rio Piranhas e ao sudoeste, com a bacia do Rio Paraíba (SANTOS, 2012). A bacia do Rio

Curimataú é uma das onze bacias hidrográficas que existe na Paraíba (Figura 1). Possui uma capacidade de armazenar 25.452.579 m³ de água (AESAs, 2008).

Figura1: Localização do alto e médio curso do rio Curimataú - Paraíba



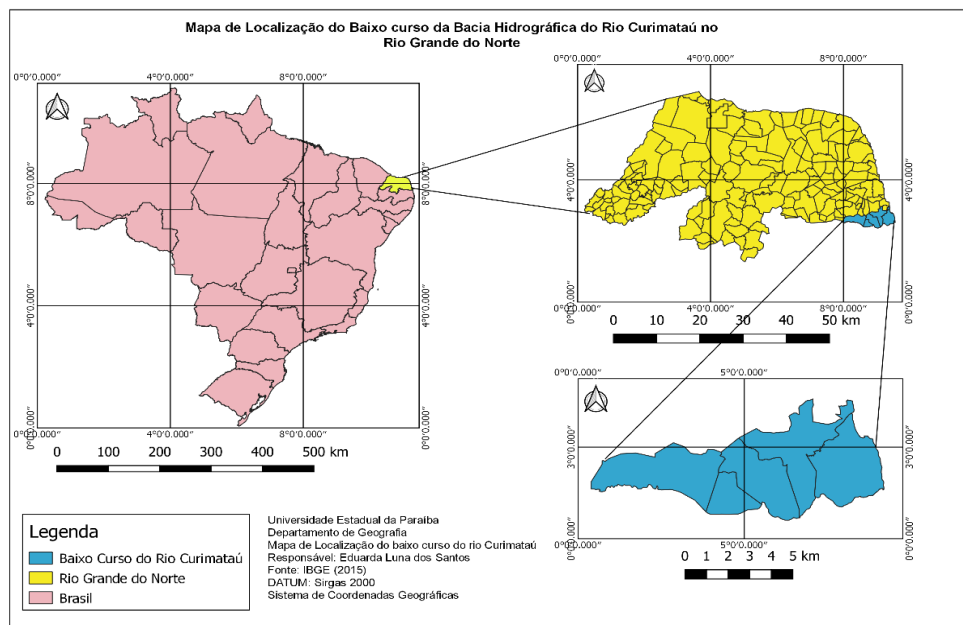
Fonte: Autora (2020)

Vale ressaltar que nem todos os municípios paraibanos acima citados, estão inseridos totalmente na região em que passa o rio. Alguns possuem apenas partes da área de captação e drenagem da bacia hidrográfica. As bacias hidrográficas do estado da Paraíba, assim como qualquer grande corpo d'água, são fiscalizadas e monitoradas pela Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba (AESAs). A Paraíba possui dois períodos chuvosos: de fevereiro a maio, que abrange as bacias hidrográficas da parte centro-oeste, e de abril a julho, abrangendo as bacias da parte leste do estado, porém essas chuvas não garantem o abastecimento hídrico da população por muito tempo.

O Rio Curimataú entra no estado do Rio Grande do Norte pelo município de Nova Cruz. Neste momento o rio se configura como perene, em algumas áreas de seu curso, desaguando no Oceano Atlântico no estuário localizado no distrito de Barra do Cunhaú, no município de Canguaretama/RN, totalizando um percurso de 200 km (ANA, 2017). Neste estado o órgão responsável pela fiscalização dos recursos hídricos é a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH).

Somente no estado do Rio Grande do Norte estão inseridos na bacia, 5 municípios: Baía Formosa, Canguaretama, Montanhas, Nova Cruz e Pedro Velho (SILVA, 2013). No total estão inseridos na bacia hidrográfica, 32 municípios, divididos entre a Paraíba e o Rio Grande do Norte. No Rio Grande do Norte, esses municípios localizam-se na região do Leste Potiguar, na região Intermediária de Natal e região Imediata de Canguaretama e na de Santo Antônio – Passa e Fica – Nova Cruz (Figura 2) e fazem parte do baixo curso do rio. Essa região da bacia Potiguar apresenta o período chuvoso entre os meses de janeiro a agosto.

Figura 2: Localização da foz/baixo curso do rio Curimataú – Rio Grande do Norte



Fonte: Autora (2020)

Todas as cidades que fazem parte da Bacia do Rio Curimataú, seja do estado da Paraíba ou do Rio Grande do Norte, possuem suas características de uso e ocupação de terras. Tais processos de formação, contribuíram para a construção da configuração territorial atual. Nestes dois estados, diversas atividades econômicas estiveram presentes, bem como a concentração fundiária nas mãos de uma minoria, que contribuíram com o desenvolvimento e com transformações no espaço agrário destes locais.

2.1 TERRITÓRIOS AGRÁRIOS E A IMPORTÂNCIA PARA A BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO CURIMATAÚ

Todos os territórios agrários e suas formas de ocupação, desempenham grande importância para os municípios e sua economia, mas principalmente para a população que depende destas atividades. Percebe-se que cada área trabalhada nesta pesquisa, isto é, alto, médio e baixo curso do rio, possuem importantes atividades econômicas, principalmente no meio rural, como o cultivo de lavouras permanentes e temporárias.

No alto curso do rio, ocorre a forte presença da agricultura e da pecuária (bovina e ovina). São áreas ocupadas por essas atividades desde o processo de colonização. Estão presentes nesta área o cultivo de milho, feijão, mandioca, entre outros. Destaque para a produção de milho e mandioca, cuja a quantidade da produção (toneladas) e o valor (mil reais) foram mais significativas. (Tabela 1).

Tabela 1: Quantidade e valor da produção nos municípios do alto curso do Rio Curimataú-PB em 2018

Município	Milho (Quantidade - Toneladas)	Milho (Valor - Mil Reais)	Mandioca (Quantidade - Toneladas)	Mandioca (Valor - Mil Reais)
Algodão de Jandaíra	60	45 R\$	-	-
Araruna	625	375 R\$	1.020	459 R\$
Areial	120	96 R\$	315	142 R\$
Bananeiras	252	194 R\$	4.100	2050 R\$
Barra de Santa Rosa	640	392 R\$	-	-
Cacimba de Dentro	1.400	700 R\$	800	450 R\$
Casserengue	800	560 R\$	-	-
Cuité	1.050	840 R\$	160	88 R\$
Damião	480	336 R\$	70	42 R\$
Dona Inês	280	221 R\$	2.600	1300 R\$
Esperança	320	224 R\$	270	243 R\$
Olivedos	168	134 R\$	-	-
Pocinhos	16	12 R\$	160	112 R\$
Remígio	70	56 R\$	240	168 R\$
Riachão	300	210 R\$	100	50 R\$
Solânea	320	250 R\$	1.100	550 R\$
Sossêgo	27	19 R\$	-	-

Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE/SIDRA (2018).

Percebe-se que tanto a produção quanto os valores dos cultivos, são significativos e contribuem para a economia destes municípios, que são pequenos, isto é, tanto a economia quanto a população na maioria das vezes, dependem dessas atividades rurais. São municípios com bases rurais, que conservam em seus territórios agrários estas culturas tradicionais.

No médio curso, assim como no alto, a presença destas culturas, e das lavouras permanentes, é bastante presente. Pois são áreas historicamente ocupadas por este tipo de atividades, além da pecuária, que também é de grande importância (Tabela 2). Esse tipo de pecuária é bastante rentável, pois a comercialização do gado é uma das principais formas de comércio, nos municípios do interior, em especial aos citados abaixo.

Tabela 2: Quantidade da Pecuária bovina no médio curso do rio Curimataú- PB (2018)

Municípios	Efetivo (cabeças)
Belém	9.575
Caiçara	7.048
Duas Estradas	3.100
Jacaraú	7.004
Lagoa de Dentro	8.497
Logradouro	3.574
Pedro Régis	2.850
Serra da Raíz	2.207
Sertãozinho	2.200
Tacima	14.500

Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE/SIDRA (2018).

No baixo curso do rio, localizado no litoral sul do Rio Grande do Norte, está presente diversas atividades econômicas, relacionadas principalmente com a maior disponibilidade de água na região. No quadro abaixo (Tabela 3), podemos observar a quantidade produzida das principais atividades econômicas da região, em 2018. Essas merecem destaque, porque são as que mais tiveram valores expressivos de produção. O destaque para a produção de camarão vai para Canguaretama e Baía Formosa, fica com a produção de cana-de-açúcar.

Tabela 3: Principais atividades econômicas do baixo curso do rio Curimataú – RN (2018)

Municípios	Carcinicultura (quilogramas)	Lavoura Temporária (Cana-de-açúcar - toneladas)	Lavoura Permanente (Coco-da-baía - toneladas)	Pecuária (Bovina - cabeças)
Baía Formosa	75.000	999.000	3.333	220
Canguaretama	2.550.000	840.000	1.500	3.405
Montanhas	-	7.500	80	6.495
Nova Cruz	85.000	15.000	60	22.253
Pedro Velho	-	144.000	780	8.760

Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE/SIDRA (2018).

Percebe-se que todas estas atividades econômicas, em todas as partes do curso do rio Curimataú (alto, médio e baixo curso), são de grande importância, do ponto de vista econômico e até social. Os territórios agrários das bacias hidrográficas possuem diferentes usos e formas de ocupação, isso leva em consideração, o clima, solo, questões sociais, econômicas e até urbanas. “O processo de mudança de uso e cobertura dos territórios desses locais, estão relacionados aos ciclos econômicos da área” (TURETTA, 2011, p. 13). Ou seja, sempre que um tipo de cultivo ou uma atividade econômica torna-se mais rentável, ela passa a ser a principal produção na região, buscando sempre um alcance econômico maior e cada vez mais capitalista.

3 PROCESSO DE REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL: CONFLITOS E DESAFIOS

Os conflitos por terra sempre existiram. Desde os primórdios do povoamento e ocupação das terras brasileiras. De início tal resistência e conseqüentemente os primeiros conflitos, começaram com a tentativa de expulsão e exploração dos indígenas:

A luta de resistência começou com a chegada do colonizador europeu, há 500 anos, desde quando os povos indígenas resistem ao genocídio histórico. Começaram, então, as lutas contra o cativo, contra a exploração e, por conseguinte, contra o cativo da terra, contra a expropriação, contra a expulsão e contra a exclusão, que marcam a história dos trabalhadores desde a luta dos escravos, da luta dos imigrantes, da formação das lutas camponesas (FERNANDES, 2000, p. 25).

Se apresentam com bastante intensidade, pois é por meio dos conflitos, que o capitalismo se desenvolve em diferentes espaços e em especial, no campo. “Os conflitos por terra são também conflitos pela imposição dos modelos de desenvolvimento territorial rural” (FERNANDES, 2005, p. 2). Ou seja, o capitalismo evolui através do conflito, impondo seus princípios e obrigando a todos aceitarem esse modo de desenvolvimento. Os conflitos representam as contradições do sistema capitalista.

Porém, os conflitos por terra, não gera apenas lutas em benefício do capitalismo, é por meio deles, por exemplo, que surgem muitos assentamentos. “A maior parte dos assentamentos é resultado do conflito que promove o desenvolvimento” (FERNANDES, 2005, p. 3). Desta forma, torna-se necessário o interesse em lutar pela terra e para que haja uma distribuição mais justa e essa ação, não se concretiza sem o conflito.

O acesso a propriedade da terra sempre foi permeado por conflitos. Pois sempre existiu um número crescente de latifundiários, que tinham fácil acesso as terras, enquanto que os pequenos camponeses, trabalhadores e escravos livres, enfrentavam grandes dificuldades para ter acesso a ela. Assim, os conflitos eram quase impossíveis de serem evitados, tendo em vista a necessidade de ter terras para se estabelecer. Então para evitar o acesso a lotes de terras por parte destas pessoas mais pobres, foi criada a Lei de Terras de 1850 e com ela a consolidação e manutenção dos latifúndios.

A Lei de Terras de 1850, foi criada visando a manutenção da concentração fundiária, pois apenas teria direito a posse da terra, aqueles que pudessem pagar por elas, ou seja, apenas os ricos teriam condições de compra-las, mantendo a estrutura agrária concentrada e evitando que os pobres tivessem acesso à terra (MIRALHA, 2006). Isto fez com que os trabalhadores pobres, fossem obrigados a continuar trabalhando nos latifúndios para conseguir sobreviver, já que não tinham terras próprias.

Antes da criação da Lei de Terras, o domínio das mesmas era feito por meio da posse e não da compra. As pessoas tomavam posse das terras e passavam a ser donas. Porém com a crescente migração de trabalhadores livres estrangeiros, para trabalharem nas plantações do Brasil, em substituição ao trabalho escravo, houve a necessidade de dificultar o acesso à terra. Além disso, o objetivo do governo era arrecadar recursos financeiros com a venda de lotes, pois não tinha mais o lucro adquirido por meio do trabalho escravo.

Tal lei serviu para beneficiar os latifundiários, pois ela “criou o cativo da terra, pois a partir dela, a terra já não tinha livre acesso, era restrito a quem podia pagar, o que não era o caso dos escravos e nem dos imigrantes colonos” (MIRALHA, 2006, p. 154). Com o dinheiro da venda das terras, mais trabalhadores livres europeus, poderiam ser “convencidos” a trabalhar nas fazendas do Brasil:

Através da venda das terras, se teria meios para custear a imigração e a colonização. A terra adquire dessa forma a propriedade de mercadoria - tudo o que pode ser vendido ou comprado -, podendo ser vendida e não mais apenas concedida ou doada, substituindo o escravo, que também era gerador de lucros no comércio. Com o fim do investimento na compra de escravos, houve o direcionamento de investimentos para bancos, ferrovias, portos, seguradoras, urbanização, telégrafos, entre outros (PODELESKI, 2009, p. 50).

O governo buscou investir em outras frentes, usando para isso a venda da terra, onde está passou a ser uma mercadoria, que trazia lucro e estabilidade política para o governo na época. O objetivo era manter relações amigáveis entre os latifundiários e o governo, assim seria mais fácil manter a ordem política e o investimento nos setores de interesse do estado. Porém as posses sem compra, continuavam ocorrendo, porque não era obrigado a comprovar a legalidade da propriedade da terra e nem valores de compra e venda foram estabelecidos. Assim, posseiros seguiam encontrando formas de ocupar propriedades, alegando ser dono, mas sem precisar comprar (PODELESKI, 2009).

Todos os fatores acima mencionados, servem de pano de fundo para a necessidade da realização de uma política de reforma agrária, que desde o início da ocupação territorial do Brasil, se faz necessária. Os camponeses, trabalhadores livres, ex-escravos e qualquer outro tipo de trabalhador, tiveram/tem que lutar para ter direito a terra, reivindicando veementemente a realização da reforma agrária. “A luta pela terra e pela reforma agrária são inseparáveis. Na história do Brasil, a segunda nunca existiu sem a primeira” (FERNANDES, 2013, p. 77).

Outro fator importante na história da reforma agrária brasileira, foi a criação da Lei 4.504 ou Estatuto da Terra, em 30 de novembro de 1964, durante o governo militar de Castelo Branco. “O Estatuto da Terra é caracterizado enquanto um conjunto de dispositivos legais que definiam, entre outros fatores, o que era propriedade da terra no Brasil, bem como, os instrumentos necessários para se realizar a Reforma Agrária” (SALIS, 2014, p. 493). A lei propunha, que a propriedade da terra deveria cumprir sua função social.

Para o Estatuto da Terra, a função social seria cumprida, de acordo com o Inciso 1º do 2º Art. da lei, quando:

§ 1º a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; b) mantém níveis satisfatórios de produtividade; c) assegura a conservação dos recursos naturais; d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam (Estatuto da Terra, 1964, p. 1).

Assim, esta é a função que toda terra deve cumprir, caso contrário, deve ser feita a distribuição por meio da reforma agrária, para que outras pessoas tenham acesso e façam com que ela cumpra seu papel social. Mas, “com o passar dos anos, a proposta de Reforma Agrária defendida pelo Estatuto da Terra não saiu do gabinete” (SILVA, 2017, p. 22). Porém, sua criação abriu a oportunidade de realizar mudanças na estrutura agrária do país:

Neste sentido, o Estatuto da Terra encerrava uma etapa e ao mesmo tempo reabria outra. Sua promulgação encerrava as reivindicações em prol de uma lei que regulamentasse um sistema de medidas capaz de transformar a estrutura agrária brasileira. Por outro, as consequências de sua malfadada aplicação, ou não aplicação, alavancou o ressurgimento das reivindicações em torno da reforma agrária, com vistas à aplicação do Estatuto da Terra (SALIS, 2014, p. 514).

Os objetivos desse estatuto, ficou apenas no papel e não houve uma efetiva atuação, para que fosse realmente colocado em prática e realizada a tão sonhada

reforma agrária. Há quem diga que ele foi “escrito e promulgado com apenas um interesse: suprimir as pressões dos camponeses e entidades políticas opositoras a ditadura. Na verdade, ele revelou-se como instrumento político para combater as lutas no campo” (SILVA, 2017, p. 21). A reforma é um tema bastante polêmico, na qual encontra bastantes dificuldades para a sua efetiva implantação.

A reforma agrária é uma questão bastante antiga, resultante da concentração fundiária presente no Brasil desde o processo de colonização até os dias atuais. Trata-se de uma política pública que visa a distribuição mais justa e igualitária da terra. A reforma agrária pode ser compreendida como “um amplo conjunto de mudanças profundas em todos os aspectos da estrutura agrária de uma região ou de um país, visando alcançar melhorias nas condições sociais, econômicas e políticas das comunidades rurais” (OLIVEIRA, 2007, p. 69).

Porém essa distribuição na maioria das vezes não acontece, pois os latifundiários visando o lucro e a reprodução do capital, não permitem a redistribuição de suas propriedades com aqueles que não tem e precisam dela para viver. Os trabalhadores rurais, lutam pela terra e para que seus direitos sejam reconhecidos:

Na luta pela terra, a ocupação é uma comprovação que o diálogo não é impossível. Ao ocupar a terra, os sem-terra vêm a público e iniciam as negociações, os enfretamentos com todas as forças políticas. Ao ocupar espaços políticos, reivindicam seus direitos. Quando o governo criminaliza essas ações, corta o diálogo e passa dar ordens. Tenta destruir a luta pela terra sem fazer a reforma agrária (FERNANDES, 2013a, p. 137)

A realização da reforma agrária, ainda é um desafio, que se arrasta desde o período colonial de ocupação do Brasil. E é só por meio dela, que a estrutura concentrada dos latifúndios pode ser modificada e com isso, tornar possível a democratização do acesso à terra (FERNANDES, 2013a). O objetivo da realização da reforma agrária é que mais pessoas tenham sua própria terra, para que possam viver melhor. E para isso, é necessário modificar a propriedade e a posse da terra, que se encontram concentradas nas mãos de poucos.

É por meio dessas mudanças na propriedade, na renda e na posse da terra, que é possível buscar melhores condições de vida para a população rural que não tem terra. Com isso, é possível melhorar no setor social, no econômico, pois irá aumentar a produção agrícola, tendo em vista a produção realizada nos assentamentos de reforma agrária, por meio da agricultura familiar, e também no setor

cultural. Tudo isso, contribui para uma reorganização dos territórios (OLIVEIRA, 2007).

O Brasil teve vários momentos em sua história, em que poderia ter sido realizada a reforma agrária, porém nada foi feito, porque as elites latifundiárias sempre se articulavam para interferir e não realizar mudanças agrárias, para manterem seus latifúndios. Outro momento propício para a realização da reforma agrária, foi com a crise do café (crise de 1929). Com o enfraquecimento da elite do café, a industrialização aos poucos ia surgindo, porém não tinha compradores para os produtos industriais, tendo em vista que a economia ainda se baseava no setor primário e a maioria dos empregados eram trabalhadores rurais.

Surge então o interesse em facilitar o acesso à terra, torna-la mais democrática, de forma que mais pessoas poderiam ter seus próprios lotes e assim, poderiam comprar produtos industrializados. Com isso, a economia poderia se tornar mais capitalista ao invés de permanecer primária. Mais isso ficou apenas do campo das intenções, pois os industriais não eram tão poderosos quanto os fazendeiros cafeicultores e mais uma vez, a reforma agrária não aconteceu (MIRALHA, 2006).

Ao invés disso, o Governo Brasileiro possibilitou aos latifundiários, a modernização e o melhoramento de suas produções, causando uma modernização conservadora, por meio do Sistema Nacional de Crédito Rural instituído em 1965 (SANTOS, 2019). A modernização conservadora, criada em 1970 com os governos militares, permitiu a expansão do modelo capitalista no campo.

A estratégia do Estado era garantir um aparato que atendesse aos interesses dos latifundiários, empresas e grupos econômicos, e para a massa de trabalhadores/as rurais sem terra e pequenos proprietários restou, em grande medida, a exclusão progressiva do modelo implantado de desenvolvimento (BARROS, 2005, p. 30).

Dessa forma, a modernização beneficiava os latifundiários, enquanto os sem terras e os pequenos agricultores, foram excluídos do processo. Pois o campo agora, estava se industrializando e se modernizando, afim de atender os interesses do capital e dos latifundiários. A agricultura foi aos poucos utilizando cada vez mais os recursos industrializados, que melhoravam as produções. Porém esse modelo econômico para o desenvolvimento agrícola causou mudanças consideráveis no campo:

De um lado, aumentou as áreas de cultivo da monocultura da soja, da cana-de-açúcar, da laranja entre outras; intensificou a mecanização da agricultura e aumentou o número de trabalhadores assalariados. De outro lado, agravou ainda mais a situação de toda a agricultura

familiar: pequenos proprietários, meeiros, rendeiros, parceiros etc., que continuaram excluídos da política agrícola (FERNANDES, 2000, p. 49).

Moderniza o campo, mas conserva a estrutura fundiária de concentração de terra e exclusão dos trabalhadores. Tal ação causou muitos problemas no campo: “êxodo rural, expropriação, desemprego, crescimento da concentração fundiária, das desigualdades sociais e regionais, danos ambientais e a saúde humana” (MIRALHA, 2006, p.159). Tanto os territórios rurais quanto os urbanos, sofreram mudanças ao longo dos tempos, causadas principalmente pela expansão e acumulação do capital.

Aqueles que não conseguiram acompanhar as modernizações eram excluídos ou até mesmo, engolidos pelo crescente agronegócio. Que expandiram e transformaram seus territórios de produção. “A modernização conservadora promoveu o crescimento econômico da agricultura, ao mesmo tempo que concentrou ainda mais a propriedade da terra, expropriando e expulsando mais de 30 milhões de pessoas que migraram para as cidades” (FERNANDES, 2000, p. 49).

Todos os territórios sofrem transformações, eles “transformam-se de acordo com o ritmo das técnicas e isso ocorre tanto na cidade como no campo” (RAFFESTIN, 2008, p. 24). Com o advento das novas tecnologias, tudo é modificado, pois no mundo globalizado em que se vive atualmente, tudo gira em torno do capital, que busca cada vez mais sua reprodução e obtenção de lucro.

O campo brasileiro reproduz as desigualdades de classes, onde os ricos sempre se beneficiam com o aumento de seus latifúndios, enquanto aos trabalhadores sem condições de adquirir terras, se submetem ao trabalho árduo nestas propriedades. “O campo brasileiro expropria, explora e subordina para manter a alta produtividade e concentração de terra e renda, causando grandes contradições” (GIRARDI, 2008, p.91).

A saída encontrada muitas vezes pelos trabalhadores é a reivindicação pela terra, buscando a tão sonhada reforma agrária, para a distribuição justa da mesma, para que esta possa cumprir a sua função e desenvolvimento social. Mas tais reivindicações na maioria das vezes resultam em conflitos. Surge no Brasil a partir de 1960, movimentos sociais que buscavam a realização da reforma agrária e a valorização do trabalhador rural, tais como: as Ligas Camponesas, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

4 LIGAS CAMPONESAS, CPT E MST: MOVIMENTOS SOCIAIS IMPORTANTES NA LUTA PELA TERRA

As Ligas Camponesas surgiram no Nordeste em 1945. Antes disso, outros movimentos sociais já existiam, como os movimentos indígenas que buscavam a liberdade (séc. XVI e XVII); movimento negro (Zumbi dos Palmares – séc. XVI e XVII); movimento sem-terra (trabalhadores livres – séc. XIX) e diversos outros como o movimento de Canudos, Contestado e Cangaço (FERNANDES, 2000). Todos eles ocorreram visando o acesso à terra de forma mais justa. Apesar de alguns desses movimentos não deixar claro a luta pela terra, mas ela sempre esteve presente.

Num primeiro momento, as ligas reivindicavam melhores condições de trabalho, tendo em vista que além das dificuldades de acesso à terra, as condições de trabalho não eram boas e nem justas. O movimento das Ligas Camponesas, buscava combater as “injustiças a que estavam submetidos os camponeses e trabalhadores assalariados do campo e as profundas desigualdades nas condições gerais do desenvolvimento capitalista no país” (OLIVEIRA, 2007, p. 108).

Posteriormente com a evolução do movimento e de seus ideais, as ligas passaram a propor uma reforma agrária mais radical, para que os camponeses resistissem e ocupassem as terras. A igreja católica e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), eram contra esse tipo de reforma agrária. Defendiam que ela deveria “ser feita por etapas, por meio de pequenas reformas e com indenização em dinheiro e em títulos” (FERNANDES, 2000, p. 33). As Ligas Camponesas, não surgiram apenas devido a expropriação e expulsão dos trabalhadores, mas também por causa de crises políticas existentes no Nordeste:

Na verdade, as ligas surgiram no contexto mais amplo não só da expulsão de foreiros e da redução ou extinção dos roçados dos moradores de usina, mas também no contexto de uma crise política regional. Essa crise se particularizou numa tomada de consciência do subdesenvolvimento do Nordeste e particularmente numa ação definida pela burguesia regional no sentido de obter do governo federal não mais uma política paternalista de socorros emergenciais nos períodos de seca grave, mas sim uma efetiva política de desenvolvimento econômico (OLIVEIRA, 2007, p. 109).

Ou seja, as ligas camponesas, também buscavam o desenvolvimento do Nordeste e não apenas por meio da democratização do acesso e da posse da terra, mas também por meio de outras ações que contribuíssem para o crescimento da

região. Assim, seria possível a diminuição da pobreza, do constante êxodo rural e migrações para outras regiões, bem como a distribuição justa da terra, para que esta, cumprisse sua função social. Surgidas no Nordeste, as Ligas Camponesas se espalharam por outros estados, buscando sempre reivindicar o acesso à terra e a melhores condições de trabalho.

As Ligas foram uma forma de organização política de camponeses proprietários, parceiros, foreiros e meeiros que resistiam a expropriação, à expulsão da terra e ao assalariamento. Foram criadas em quase todos os estados e organizaram dezenas de milhares de pessoas (FERNANDES, 2000, p. 33).

A atuação das ligas, ia contra as injustiças sofridas pelos camponeses no campo, resultado das desigualdades impostas pelo sistema capitalista, que beneficiava apenas os latifundiários e excluía os camponeses. A alternativa para estes, era ir em busca de seus direitos e reivindicar, mesmo que isso não corresse de forma pacífica.

Existia no campo, diversos tipos de relações de trabalho pré-capitalistas, tais como: foreiro, rendeiro, meeiro, morador. A luta desses trabalhadores e dos pequenos proprietários era contra o latifúndio, que crescia cada vez mais, mediante o trabalho pesado dos pequenos camponeses. Muitos deles, acabavam sendo submissos aos latifundiários, pois não tinham como competir com eles.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi um movimento social criado em 1975, que contribuiu na luta pela terra e para o surgimento de outros movimentos de luta, como o MST, além de ser um espaço de socialização entre os sem-terra. Visava à “organização e conscientização dos camponeses” (STÉDILE, 1997, p. 17). Enquanto movimento da Igreja Católica, “defendia como modelo de reforma agrária, a permanência dos camponeses na terra” (FERNANDES, 2013, p. 103). Buscava despertar o interesse para lutar e reivindicar o direito de permanecer na terra.

Desde quando começaram as experiências, a CPT promoveu a articulação das lutas, criando espaços de socialização política entre os trabalhadores de quase todo o país. Nesses lugares, os sem-terra trocaram experiências e começaram a pensar o desenvolvimento da luta pela terra e pela reforma agrária. A CPT rompia o isolamento das diferentes práticas, realizando contatos, visitas e encontros entre sem-terra de diferentes estados (FERNANDES, 2000, p. 75).

Criada durante o governo militar, organizou movimentos entre os camponeses, durante este período. Recebeu apoio das paróquias das periferias das cidades e nas

comunidades rurais. Lutavam pela terra e pela realização da reforma agrária, além de desmascarar as intenções e as políticas de repressão dos militares. Com isso, tornaram públicos os verdadeiros propósitos dos políticos da época, que era reprimir e impedir o acesso à terra por parte dos camponeses (FERNANDES, 2000).

No Nordeste, a CPT também obteve papel importante, pois era comum a presença do latifúndio e das injustiças no campo, assim como em outras partes do país. “A CPT teve grande participação nas lutas contra o grande latifúndio na região Nordeste, resgatando o prestígio e o papel social da igreja católica esquecida em outrora, tendo forte apoio da Comissão Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB)” (SILVA, 2017, p. 23). Enquanto uma organização da igreja católica, a CPT lutava pelo acesso justo a terra e pela permanência dos camponeses nela.

Com atuação na maioria dos estados brasileiros, atualmente a CPT registra todos os tipos de dados sobre a resistência dos trabalhadores, conflitos e violência no campo. “Mais do que simples números, os dados da CPT são informações sobre a situação da questão agrária brasileira que retratam parte da luta dos camponeses brasileiros e das violências por eles sofridas” (FERNANDES, 2013b, p. 159). É de grande importância o conhecimento destes dados divulgados pela CPT, que retratam os números sobre a resistência dos trabalhadores, dos conflitos e violência no campo.

Assim, as pessoas ficam sabendo como são preocupantes e constantes, os conflitos de luta pela terra. Isso deixa claro a necessidade da realização da reforma agrária e de uma distribuição justa da terra, de forma que ninguém perca a vida por essa causa. Se houvesse mais interesse por parte dos políticos e latifundiários nesta causa, não existiria tantas violências, nem conflitos por causa de terra. Mas sim, uma distribuição pacífica, que garantiria uma vida melhor para aqueles que recebessem “um pedaço de chão”.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foi criado em 1984, em Cascavel (PR). O campesinato foi substituído pelo modelo de produção capitalista, tal ação gerou insatisfação por parte dos camponeses, que sofreram repressão e expropriação de suas terras. Assim, diante destas mudanças ocorridas no campo, surgiu um novo movimento camponês, isto é, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (FERNANDES, 2000).

Em 1979 foram feitas as primeiras ocupações, com o intuito de criar as primeiras atuações, para dar forma ao movimento. “Foi assim que em 1979, no dia 7 de setembro, 110 famílias ocuparam a gleba Macali, no município de Ronda Alta, no

Rio Grande do Sul. Essa ocupação inaugurou o processo de formação do MST” (FERNANDES, 2000, p. 47). A partir disso, outras ocupações foram ocorrendo, até a formação oficial do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em 1984.

O MST foi fundado oficialmente, em 1984, pelos trabalhadores em seu Primeiro Encontro Nacional, realizado nos dias 21 a 24 de janeiro, em Cascavel, no estado do Paraná. Em 1985, de 29 a 31 de janeiro, os sem-terra realizaram o Primeiro Congresso, principiando o processo de territorialização do MST pelo Brasil (FERNANDES, 2000, p. 50).

O MST foi aos poucos tomando forma, diante de tantas injustiças no campo, algo tinha que ser feito para amenizar as injustiças sociais presentes no meio rural. Este movimento ao longo de sua formação, contou com a comunicação entre outros movimentos ligados à igreja católica, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT). O MST luta contra o capital e suas ações, que exclui e expropria os pequenos camponeses. “Na sua caminhada o MST construiu o seu espaço político, garantindo a sua autonomia, uma das diferenças com os outros movimentos camponeses que o precederam” (FERNANDES, 2000, p. 47).

Sobre o MST, Girardi (2008, p. 114) afirma: “O MST luta por um desenvolvimento que considere a diminuição da desigualdade e da pobreza no campo, na cidade e na floresta, a partir da resolução dos problemas da questão agrária”. O MST reivindica a criação de assentamentos rurais, para que pessoas sem terra, possam ter uma terra para viver:

Os sem-terra são camponeses expropriados da terra, ou com pouca terra, os assalariados e os desempregados. São trabalhadores na luta pela inserção nas condições de trabalho e de reprodução social, das quais foram excluídos, no processo desigual de desenvolvimento do capitalismo (FERNANDES, 2000, p. 45).

O movimento dos Sem-Terra, resultaram na criação de assentamentos, que visam o melhoramento da vida das pessoas menos favorecidas. “Os assentamentos rurais demonstram ser de grande importância social para o país, dando a possibilidade de inclusão social e melhoria de vida para as famílias, excluídas do mercado e da terra” (MIRALHA, 2006, p. 165). O MST luta por uma causa justa, que leva melhoria de vida para as famílias beneficiadas. Porém os políticos, através das forças policiais, insistem em reprimir, ao invés de ajudar, buscando forma de resolver pacificamente os conflitos no campo.

Os assentamentos podem contribuir para a diminuição desse processo desigual, da pobreza e das dificuldades no campo. Eles tornam produtivas as terras

que estão inutilizadas, sem falar na agricultura familiar desenvolvida, que produzem gêneros alimentícios para a população no geral. Redistribuir a terra por meio de assentamentos é uma boa forma de promover o desenvolvimento social. Esses movimentos sociais acreditam que a redistribuição de terras, melhoram consideravelmente a vida dos camponeses:

Esses movimentos fundamentam suas ações na certeza de que a reforma agrária, executada de forma correta, diminui a pobreza e cria novas oportunidades para o homem do meio rural. Vale ressaltar que não basta só distribuir terras, é preciso fornecer crédito e infraestrutura para que os assentamentos sejam auto suficientes, no menor intervalo de tempo possível (SCHMIDT, 2004, p. 7).

Os assentamentos organizados pelo MST, são construídos com uma relação harmônica com a natureza. Assim, tentam manter uma forma de preservar e cuidar da natureza e da terra, na qual vivem. Nos assentamentos são construídas escolas, além de outras construções para uso da comunidade. “As escolas seguem as diretrizes do movimento. Trata-se de um currículo orientado a desempenhar as atividades camponesas, com atividades de técnicas e práticas intrínseca aos jovens e a sobrevivência do assentamento” (SILVA, 2017, p. 27).

O espaço agrário vai refletir os interesses da sociedade que o formou, como afirma a autora, Moreira (2011, p. 147) “o espaço agrário se constitui um produto do trabalho e como tal, reproduzem a lógica do modo de produção que lhe origina”. Por ser uma sociedade capitalista, o ser humano busca o lucro, e para isso, modifica a natureza de acordo com as suas necessidades, satisfazendo seus interesses. Não se importam com as consequências que suas ações podem trazer.

O território agrário acaba sendo modificado, pois a produção espacial e territorial ocorre por meio das classes sociais, que estão em constante conflitualidade, disputando o desenvolvimento e a sociedade. Assim, a relação classe e território são indissociáveis, pois toda classe social, precisa de um território para se estabelecer (FERNANDES, 2008). Desta forma, é frequente ocorrer conflitos entre latifundiários e trabalhadores, que lutam pela terra e para permanecer nela.

Os conflitos no campo surgem por causa da resistência dos camponeses em sair da terra, ou seja, resistem à expropriação que sofrem para o estabelecimento e manutenção das grandes propriedades. Reivindicam devido à necessidade de ter onde morar e trabalhar, pois com o acesso à terra, esses camponeses podem buscar formas de aproveitá-la para tentar viver dignamente. Os latifundiários não aceitam a

redistribuição de suas propriedades, para fins de reforma agrária e isso acaba gerando conflitos, que envolvem entre outras coisas:

Ocupações: ações coletivas de famílias sem-terra, que reivindicam as terras que não cumprem a sua função social, e acampamentos: locais de luta fruto de ações coletivas, geralmente localizadas no campo, onde famílias sem-terra reivindicam assentamentos (SILVA, 2012, p. 10).

Os assentamentos surgem, mediante a luta pela terra, por meio de reivindicações para o acesso e distribuição das terras. Isso ocorre por meio de ocupações em terras que não tem uma função social, ou seja, improdutivas. Porém tais ações não se realizam de forma fácil e sem conflitos, enfrentam bastante resistência. Na medida que os movimentos sociais iam surgindo, com eles nasceram também os conflitos. Dificilmente os objetivos dos movimentos sociais eram alcançados de forma pacífica e sem conflitos.

A reforma agrária ainda enfrenta objeção para ser realizada, assim é “só a partir dos conflitos que podem ocorrer um processo de inclusão do camponês na terra enquanto dono dos meios e do seu trabalho” (SILVA, 2017, p. 34). Os conflitos ocorreram também na área da bacia hidrográfica do rio Curimataú. Tais municípios possuem diversas formas de utilização dos seus territórios agrários, que vão desde a presença de assentamentos até a utilização por meios de lavouras temporárias e permanentes, aquicultura e atividades afins.

5 PROCESSO DE REFORMA AGRÁRIA NOS MUNICÍPIOS PARAIBANOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO CURIMATAÚ

Na Paraíba, a concentração da terra estava presente. O espaço agrário Paraibano inicialmente ficou dividido entre duas atividades econômicas de destaque: o sertão pecuarista e o litoral canavieiro, onde a produção de cana-de-açúcar era principalmente para exportação. “A organização inicial do espaço agrário litorâneo baseou-se na produção açucareira destinada ao mercado externo, na divisão das terras em grandes unidades produtivas conhecidas por engenho e no trabalho escravo” (MOREIRA; TARGINO, 1996, p. 33).

A experiência de ocupação do espaço paraibano, para Moreira e Targino (1996) foi facilitada pela hidrografia, onde as marcas da presença humana estavam presentes, seja na monocultura canavieira ou nas fazendas de gado. Essas atividades ao longo do tempo foram instaladas às margens dos rios, riachos e lagoas, localizadas no Litoral, Agreste, Brejo, Borborema, Cariri, Curimataú e Sertão da Paraíba. Isso possibilitou o arranjo territorial atual dos municípios Paraibanos e em especial, os trabalhados nesta pesquisa. O quadro abaixo mostra a população total, urbana e rural, dos municípios paraibanos da área de estudo, de acordo com o censo demográfico de 2010 (Tabela 4). Todos esses municípios juntos, totalizam 330.218 habitantes.

Tabela 4: População total, urbana e rural dos municípios na área de estudo da Paraíba (2010)

Municípios	População Total	População Urbana	População Rural
Algodão de Jandaíra	2.366	1.231	1.135
Araruna	18.879	9.328	9.551
Areial	6.470	4.600	1.870
Bananeiras	21.851	8.668	13.183
Barra de Santa Rosa	14.157	7.956	6.201
Belém	17.093	14.112	2.981
Cacimba de Dentro	16.748	9.158	7.590
Caiçara	7.220	5.190	2.030
Casserengue	7.058	3.458	3.600
Cuité	19.978	13.462	6.516
Damião	4.900	2.278	2.622
Dona Inês	10.517	4.655	5.862
Duas Estradas	3.638	2.839	799
Esperança	31.095	21.631	9.464
Jacaraú	13.942	8.032	5.910
Lagoa de Dentro	7.370	3.975	3.395

Logradouro	3.942	1.723	2.219
Olivedos	3.627	1.902	1.725
Pedro Régis	5.765	2.148	3.617
Pocinhos	17.032	9.618	7.414
Remígio	17.581	12.953	4.628
Riachão	3.266	2.026	1.240
Serra da Raíz	3.204	2.135	1.069
Sertãozinho	4.395	3.215	1.180
Solânea	26.693	19.332	7.361
Sossêgo	3.169	1.582	1.587
Tacima	10.262	4.368	5.894

Fonte: Censo Demográfico de 2010 – IBGE/SIDRA (2010)

Ao analisar a tabela, percebe-se que, entre os 27 municípios paraibanos citados acima, apenas 8 tem sua população rural maior do que a urbana. São eles: Araruna, Bananeiras, Casserengue, Damião, Dona Inês, Logradouro, Pedro Régis, Sossêgo e Tacima. E nesses municípios, existem a presença de assentamentos rurais, resultado da luta pela reforma agrária, para se ter acesso à terra. Além disso, também possuem em seu território, o cultivo de lavouras temporárias e permanentes. São municípios com bases rurais, com áreas suscetíveis a redistribuição por meio da reforma agrária. Porém esta distribuição de terra, seja nestes municípios ou em qualquer outro, não se deu de forma fácil, há muita resistência por parte dos latifundiários.

Na área de estudo trabalhada, vários tipos de relações de trabalho pré-capitalistas existiram. Tais relações não tinha o dinheiro como forma de pagamento, mas sim outros meios. Um exemplo é o sistema morador, tratava-se de “camponeses sem terra que recebiam do proprietário fundiário a autorização de habitar na propriedade, ocupar um pedaço de terra (os sítios) e nele cultivar uma roça” (MOREIRA; TARGINO, 1996, p. 43).

Além do sistema morador, tinha o foreiro, outro tipo de relação de trabalho em que o trabalhador pagava ao dono da terra, um valor em dinheiro (o foro), para poder cultivar em seu latifúndio. Tinha também o sistema de parceria, onde o trabalhador explorava a terra de terceiros, mediante parceria, estabelecendo um contrato escrito ou verbal, sendo obrigado a pagar com uma parte da produção (MOREIRA; TARGINO, 1996).

Os conflitos na região do Curimataú começaram com o ciclo do sisal e do algodão, os agricultores eram submissos aos latifundiários, que obrigavam a pagar

pela produção e quando queriam as suas propriedades de volta, expulsavam os trabalhadores sem pagar nada pelo trabalho feito (SÁ SOBRINHO, 2010). Mas a luta pela terra não ocorre apenas por meio de ocupações das áreas improdutivas.

Os assentamentos rurais paraibano, encontrados nas cidades pertencentes a bacia, foram resultado da pressão de movimentos sociais (CPT, MST), para a realização da reforma agrária, para que assim, a terra pudesse cumprir com a sua função social. Esses assentamentos possuem considerável número de moradores, além disso, eles produzem alimentos para o consumo interno, o excedente é comercializado nas cidades próximas, em feiras orgânicas ou no próprio assentamento. Desta forma, os agricultores podem conseguir alguma renda para se manter e investir nas próximas produções.

Os 27 municípios paraibanos que integram a bacia do Curimataú, possuem 66 projetos de assentamentos, onde beneficiam cerca de 2.600 famílias rurais. Assim, estas pessoas, possuem terras e seus meios de produção. Nestes municípios paraibanos, a quantidade de assentamentos é maior, mas as áreas não são muito extensas, porém muitas famílias são beneficiadas e podem viver e plantar em sua própria terra, mesmo que alguns ainda não tenham a titulação definitiva (Tabela 5).

Tabela 5: Quantidade de assentamentos rurais pelo INCRA na bacia hidrográfica do rio Curimataú na Paraíba.

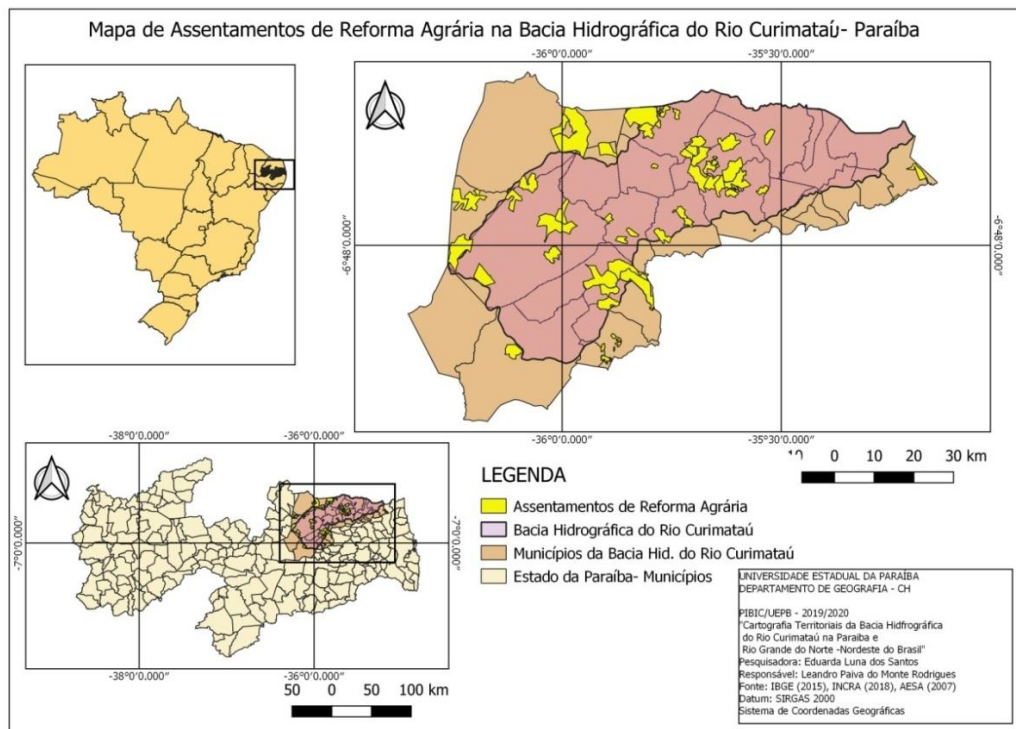
Municípios	Quantidade de Assentamentos	Capacidade (nº de famílias)	Famílias Assentadas	Área (km²)
Algodão de Jandaíra	3	110	110	66,323
Araruna	10	320	293	39,689
Areial	3	48	48	4,506
Bananeiras	12	443	423	63,718
Barra de Santa Rosa	7	399	393	130,1
Belém	0	0	0	0
Cacimba de Dentro	1	16	16	1,738
Caiçara	0	0	0	0
Casserengue	3	35	35	10,284
Cuité	2	218	211	81,259
Damião	1	50	49	13,184
Dona Inês	5	222	217	53,077
Duas Estradas	0	0	0	0
Esperança	3	89	87	4,598
Jacaraú	4	183	168	21,343
Lagoa de Dentro	0	0	0	0

Logradouro	0	0	0	0
Olivedos	0	0	0	0
Pocinhos	3	117	105	29,95
Remígio	4	202	202	50,739
Riachão	1	44	44	10
Pedro Régis	0	0	0	0
Serra da Raiz	0	0	0	0
Sertãozinho	0	0	0	0
Solânea	2	80	80	14,64
Sossêgo	2	88	87	28,915
Tacima	1	35	35	5,331
Total	66	2.699	2.603	629,394

Fonte: Adaptado do INCRA, 2017.

Esses 27 municípios Paraibano, unidos possuem 66 assentamentos, com capacidade para 2.699 famílias, onde 2.603, já estão assentadas. Considerando uma média de 4 pessoas por famílias, seria cerca de 10.412 pessoas residentes em assentamentos rurais. Os assentamentos utilizam seus territórios de acordo com suas necessidades, principalmente para a agricultura e criação de animais (Figura 3).

Figura 3: Assentamentos de Reforma Agrária pelo INCRA da Bacia Hidrográfica do Rio Curimataú-Paraíba



Fonte: Autora (2020)

O município que concentra uma quantidade maior de assentamentos é o município de Araruna. Possui 10 projetos de assentamento de reforma agrária. Além disso, sua população é de 18.879 habitantes, desse número, 9.551 pessoas vivem no campo, isso corresponde a 50,5% da população. Dessas 9.551 pessoas que vivem no campo, cerca de 1.172 são pessoas assentadas, isso significa que 12% da população rural são assentados de reforma agrária. Os assentamentos ocupam 16,5% da área territorial do município, que é de 241,302 km² (IBGE, 2019; INCRA 2017).

Além de Araruna, outros municípios como Bananeiras, Remígio, Barra de Santa Rosa, Dona Inês e Jacaraú, também possuem em seus territórios consideráveis projetos de assentamentos. Através deles, várias famílias foram beneficiadas e puderam viver de forma mais digna. Isso mostra a importância dos assentamentos rurais, pois eles promovem melhoria de vida para as famílias, proporcionando o desenvolvimento para aqueles que mais precisam, dando a terra para que consigam o seu sustento de vida. Além do mais, esses municípios concentram as maiores quantidades de assentamentos da bacia hidrográfica do Curimataú.

6 REFORMA AGRÁRIA NO RIO GRANDE DO NORTE: DESTAQUE PARA OS MUNICÍPIOS PERTENCENTES A BACIA DO CURIMATAÚ

No Rio Grande do Norte, a questão agrária também fez parte da sua formação territorial. Assim como na Paraíba, a atuação dos movimentos sociais foram fundamentais na luta contra a concentração fundiária. Podendo destacar a atuação das Ligas camponesas e dos sindicatos rurais. Tais ações se intensificaram a partir de 1960 (BARROS, 2005). A concentração fundiária era muito comum, enquanto que os trabalhadores rurais, não tinham onde morar, plantar e colher. A solução encontrada por eles, foi lutar e reivindicar o direito de permanecer e ter acesso à terra.

As desigualdades no campo eram bastante comuns, pois os latifundiários não queriam dar uso as suas terras, preferiam muitas vezes deixa-las sem uso. Tal fato contribuiu para aumentar as reivindicações para a realização da reforma agrária no estado já que o número de trabalhadores sem-terra, era crescente:

As consequências históricas do modelo agrícola predominante (concentração fundiária, pauperização, êxodo rural, desemprego) aliadas ao processo de modernização da agricultura iniciado pelo estado nessa mesma década (1960), contribuíram para engrossar a massa de trabalhadores rurais excluídos e sem perspectivas de melhores condições de vida no campo (FRANÇA SEGUNDO, 2017, p. 52).

Os movimentos sociais representativos no estado (ligas camponesas e sindicatos rurais STR's), foram reprimidos durante o regime militar. O objetivo era justamente conter o avanço das lutas e diminuir as ocupações, que na concepção dos latifundiários, atrapalhavam seus interesses de acumulação de terras e de capital. Mas apesar da tentativa de conter os avanços dos movimentos sociais/sindicais, que buscavam a realização da reforma agrária, eles não pararam de lutar. Mesmo diante das proibições impostas pelo governo militar e do estado, “essas entidades continuaram articulando-se, coordenando novas discussões sobre a importância da reforma agrária e das demais políticas de reordenamento social e territorial no campo” (FRANÇA SEGUNDO, 2017, p. 53).

Nesse cenário de reivindicações e de conflitos rurais desencadeados no Rio Grande do Norte, a igreja também teve papel importante, pois ela agia na intenção de minimizar possíveis conflitos e de orientar as famílias camponesas e sindicatos, em como proceder em suas ocupações. Vale ressaltar que a igreja sempre desempenhou

significativa função, na reivindicação da realização da reforma agrária e principalmente, para uma distribuição mais justa da terra, além de instruir e auxiliar os camponeses em suas ações.

No estado houve a implantação de alguns assentamentos rurais, mas na área pertencentes a bacia, poucos são os projetos de assentamentos (PA's) criados. Pois a concentração fundiária de imóveis nestes municípios, são menores que os outros. Na região central e norte do estado estão os municípios que concentram o maior número de assentamentos, pois possuem a "maior densidade de latifúndios improdutivos" (FRANÇA SEGUNDO, 2017, p. 105). Diferentes dos municípios do Litoral Sul, onde estão os cinco municípios pertencentes a bacia hidrográfica em questão.

Os municípios de Nova Cruz, Montanhas, Pedro Velho, Canguaretama e Baía Formosa, tiveram seu histórico de ocupação territorial, inicialmente baseados na cultura da cana-de-açúcar e na pecuária. Começando pela região do estuário do rio Curimataú, localizado em Barra do Cunhaú/Canguaretama (nome de um de seus principais afluentes). Essa área começou a ser povoada por colonizadores, que adentraram pela várzea do rio Cunhaú e criaram o Engenho Cunhaú, para o cultivo de cana-de-açúcar e produção de seus derivados (SILVA, 2013).

O cultivo da cana teve/tem bastante importância para a região, pois as condições litorâneas, climáticas e agrárias, contribuem para a expansão e progresso dessa cultura. O autor ressalta que:

A região denominada de vale verde do Cunhaú caracteriza-se com excelentes fatores naturais para o desenvolvimento de atividade da cana-de-açúcar, o que contribuiu para o avanço de seu sistema de produção agroindustrial, atualmente dominado pela monocultura canavieira e destacando-se a produção de álcool e açúcar no município de Baía Formosa. Essa atividade econômica se desenvolveu na região do vale do Cunhaú, sendo o principal fator de expansão urbana no município de Baía Formosa e Canguaretama (SILVA, 2013, p. 60).

A monocultura da cana propicia também além do desenvolvimento do setor nos municípios, a oferta de emprego, pois é um dos principais meios empregatício da região, ficando atrás dos cargos públicos dos municípios e do estado:

O maior vínculo empregatício dos municípios é o serviço público na esfera estadual e municipal e a indústria beneficiadora (Destilaria Baía Formosa) da cana-de-açúcar na produção de álcool e, atualmente, na fabricação de açúcar no município de Baía Formosa, que abarca, em sua maior parte, a mão-de-obra local (SILVA, 2013, p. 81).

Tal fator é de grande importância para a população, principalmente aquelas que mais necessitam, pois mesmo alguns desses empregos sendo temporários, já garantem o sustento de famílias. Como na maioria das regiões litorâneas do Nordeste, a produção da cana, sempre contribuiu para o povoamento e ocupação dessas áreas, além de ser uma importante fonte de renda.

Após o estabelecimento da produção canavieira na região no século XVII, ocorreram transformações no território agrário da área. A cana passou a dividir espaço com outras atividades econômicas, perdendo o título de cultura principal:

Nos anos de 1940, a atividade salineira representava a principal fonte de recursos financeiros da região, entrando em decadência em 1968 em razão da instalação do parque salineiro no litoral setentrional e dos investimentos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), por causa da mecanização da produção. Dessa forma, ocasionou-se o declínio da indústria salineira no município de Canguaretama, sendo substituída pela atividade da carcinicultura (BARRETOS, 1985 *apud* SILVA, 2013, p. 61).

Percebe-se que houve mudanças ao longo dos anos na ocupação territorial destes municípios. Começando pelo cultivo da cana-de-açúcar, depois a extração do sal, que entrou em declínio com a exploração mais moderna, desenvolvida no litoral norte do estado e a carcinicultura, ou seja, a criação de camarão. Tal atividade tem crescido no estado, principalmente nesses municípios trabalhados. Porém essa cultura também traz conflitos agrários, pois envolve a utilização e a ocupação das terras. Tais conflitos se dão entre pescadores e empreendedores da carcinicultura, devido a:

Interrupção dos acessos dos pescadores aos locais dos arcadouros para as embarcações o que consiste na proibição do acesso ao ambiente de manguezal para as áreas de pescas, ocasionando o deslocamento por parte dos pescadores ao seu destino que contornam os empreendimentos de carcinicultura até chegar a sua área desejada. Por meio disso, os pescadores têm sido prejudicados em relação ao desenvolvimento de sua atividade pesqueira tradicional, por causa da utilização de algumas áreas de pescas (SILVA, 2013, p. 122).

Outro ponto de conflito é a retirada dos pescadores de suas residências, devido a expansão dos viveiros em direção as suas comunidades. Esses empreendimentos crescem cada vez mais e com isso precisam de extensas áreas para a instalação dos tanques. Essa população costeira acaba sendo obrigada a deixar suas casas, pois além de ficarem sem moradia, não conseguem pescar onde estão habituados. Além

disso, com a alteração das condições naturais do mangue, a pesca acaba sendo comprometida, porque a disponibilidade de peixes, caranguejos e mariscos é diminuída consideravelmente (SILVA, 2013).

Percebe-se que assim, como na região semiárida do Curimataú paraibano (alto e médio curso), que ocorrem diversos conflitos pela terra, devido ao seu uso e ocupação, no litoral (baixo curso) norte-rio-grandense, também ocorre e não está isento. As desigualdades no campo, estão presente em todas as áreas, umas com mais intensidades que outras. O fato é que, o capital se faz presente em toda parte e isso sempre gera conflitos, entre aqueles que buscam acumulação e reprodução do mesmo e aqueles que buscam apenas sobreviver. O resultado é a expropriação, expulsão ou desapropriação dos pequenos trabalhadores, camponeses, pescadores, entre outros.

Dos cinco municípios de estudo norte-rio-grandense (Tabela 6), apenas um apresenta projeto de assentamento, que é o município de Nova Cruz. Conta com apenas um projeto de assentamento (PA José Rodrigues Sobrinho), com capacidade para 60 famílias, que inclusive já estão todas assentadas, em uma área de 19,31 km².

Tabela 6: População total, urbana e rural dos municípios pertencentes a Bacia do Rio Curimataú no Rio Grande do Norte (2010)

Municípios	População Total	População Urbana	População Rural
Baía Formosa	8.573	7.128	1.445
Canguaretama	30.916	20.235	10.681
Montanhas	11.413	8.870	2.543
Nova Cruz	35.490	24.380	11.110
Pedro Velho	14.114	7.248	6.866

Fonte: Censo Demográfico, 2010 – IBGE/SIDRA (2010).

Com relação a população destes municípios norte-rio-grandenses, situados nesta área de estudo, percebe-se que nenhum deles tem a população rural maior que a urbana. Provavelmente é na zona urbana que se encontra as melhores formas de sobrevivência, ou seja, deve ser onde estão as oportunidades de emprego e de melhoria de vida. São municípios com população majoritariamente urbana, apesar de apresentarem ocupações do agrárias em seu território, isto é, suas áreas rurais são ocupadas por lavouras e outras atividades rurais. Esses municípios juntos, somam 100.506 habitantes, situados na bacia hidrográfica do rio Curimataú.

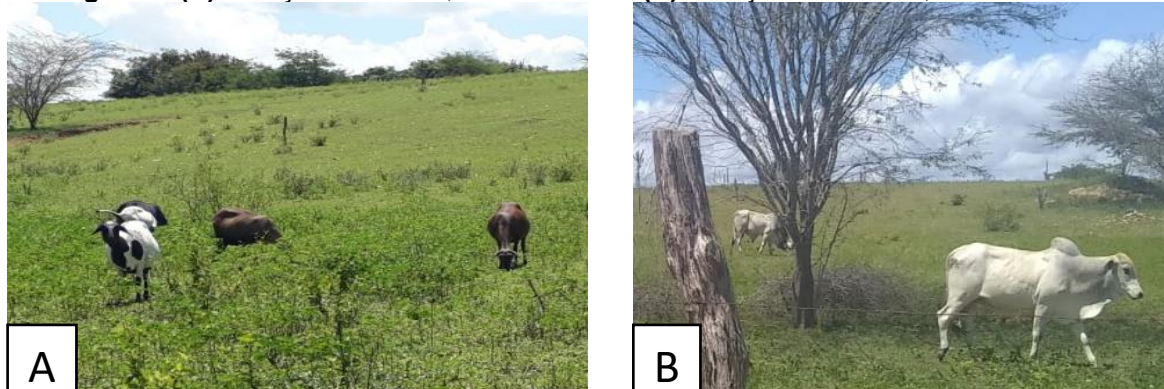
7 RESULTADOS E DISCUSSÕES

7.1 USO E OCUPAÇÃO DOS TERRITÓRIOS AGRÁRIOS DA BACIA DO CURIMATAÚ

Ao longo da formação desses 32 municípios pertencentes a bacia hidrográfica do rio Curimataú, distribuídos entre a Paraíba e o Rio Grande do Norte, diversas atividades econômicas ou não, fizeram parte de suas respectivas histórias. Tudo isso, contribuiu para o crescimento dos municípios e para a construção de seus territórios. As principais atividades econômicas encontradas nestes municípios, foram as culturas permanentes, temporárias, pecuária, extração de areia, aquicultura, carcinicultura e turismo. Além dessas culturas, podem ser encontrados os projetos de assentamentos, que se configuram também, enquanto uma forma de ocupação territorial.

Durante os trabalhos de campo, foi possível perceber alguns tipos de ocupações. O trajeto se deu, ao longo do território do alto, médio e baixo curso da bacia hidrográfica do rio Curimataú. Observamos a criação de animais em áreas do alto curso do rio, as margens da estrada, mais especificamente no município de Dona Inês-PB. A criação de bovinos e ovinos é muito comum nesta região, devido as condições ambientais que contribuem no desenvolvimento desta atividade (Figura 4). Além disso, o desmatamento é praticado para abrir espaço para a criação em meio a vegetação acatingada.

Figura 4: (A): Criação de ovinos, Dona Inês-PB. (B): Criação de bovinos, Dona Inês-PB.



Fonte: Trabalho de campo do grupo de pesquisa Olhares Geográficos, 2019.

O desmatamento pode causar alteração no ambiente e conseqüentemente em suas condições naturais. Isso afetará principalmente no que diz respeito a disponibilidade de água, pois a vegetação é muito importante para o processo de

captação e acúmulo de água nos lençóis freáticos e nos rios. A pecuária é uma importante atividade comercial, encontrada em todos os municípios desta bacia hidrográfica, porém alguns municípios se destacam na criação mais do que outros.

A plantação de milho e feijão são umas das mais tradicionais lavouras temporárias desenvolvida em todas os municípios da bacia (Figura 5). Apesar de não ser as mais rentáveis, mas são tradicionalmente as mais encontradas.

Figura 5: (A): Plantação de feijão, Dona Inês-PB. **(B):** Cultivo de milho, Dona Inês-PB.



Fonte: Trabalho de campo do grupo de pesquisa Olhares Geográficos, 2019.

Como exemplos de lavoura permanente, encontramos diversos tipos, mas podemos destacar principalmente a produção de banana (Figura 6). Encontrada tanto em municípios paraibanos quanto nos norte-rio-grandense. No município de Pedro Velho/RN, são cultivadas muitas lavouras frutíferas, que contribuem consideravelmente na economia das pessoas e do próprio município.

Figura 6: Plantação de banana, Pedro Velho-RN.

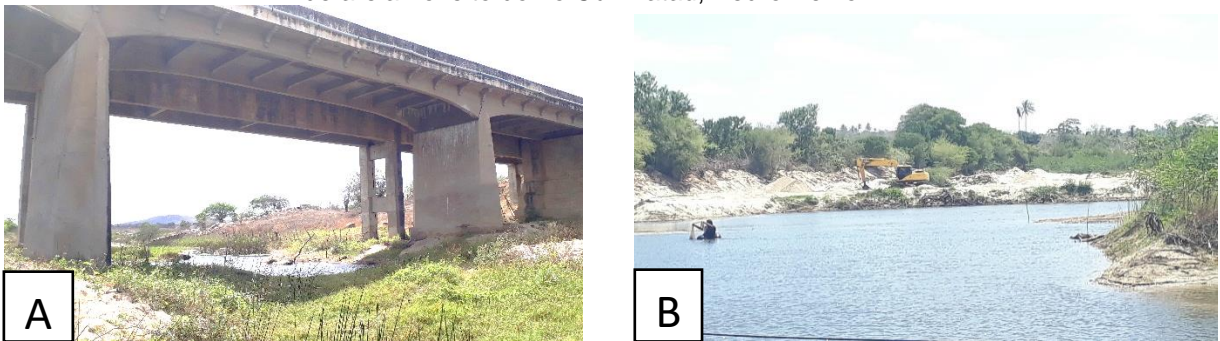


Fonte: Trabalho de campo do grupo de pesquisa Olhares Geográficos, 2019.

Esta plantação de banana é feita as margens do rio, pois facilita no processo de irrigação, quando necessário. Além disso, o rio torna-se perene ao entrar no Rio Grande do Norte, assim, as plantações podem contar com a disponibilidade de água para o seu desenvolvimento e progresso do cultivo.

Podemos observar também, a extração de areia diretamente do leito do rio, ao longo de diversos trechos (Figura 7). Porém essa atividade causa problemas para o rio, pois retirando a areia, o rio vai se alargar e sofrer assoreamento, além de dividir a água, durante a diminuição das chuvas, devido à presença de buracos e dos alargamentos de seu leito.

Figura 7: (A): Depósitos de areia no leito do rio Curimataú, Cachoeirinha – Tacima-PB. (B): Extração de areia no leito do rio Curimataú, Pedro Velho-RN.



Fonte: Trabalho de campo do grupo de pesquisa Olhares Geográficos, 2019.

Uma das principais e mais promissoras atividade comercial do baixo curso do rio é a carcinicultura (Figura 8A). O estuário do rio Curimataú, deu lugar ao desenvolvimento da carcinicultura, que encontrou as condições necessárias para o seu desenvolvimento neste local. Nesta região existem diversos produtores e empresas que trabalham com a carcinicultura. Esta é uma atividade bastante rentável.

Entre as empresas encontradas, se destaca a empresa Camanor Produtos Marinhos. Uma empresa conhecida nacionalmente pela qualidade de seus produtos. Sua principal fazenda de criação de camarão situa-se em Canguaretama-RN, a fazenda Cana Brava (Figura 8B), onde os camarões são criados até estarem prontos para a comercialização. Esta empresa também possui uma sede para a criação de suas larvas e pós-larvas (Figura 8C). Além dessa empresa, a Aquatec também é uma importante empresa do ramo da carcinicultura, mas precisamente na criação de pós-larvas (Figura 8D). Conhecida nacionalmente, produzia larvas e pós-larvas para a Camanor, antes desta abrir sua própria fábrica de larvas e pós-larvas.

Figura 8: (A): Viveiro de criação de camarão, Canguaretama-RN. (B): Placa da entrada da empresa Camanor, Canguaretama-RN. (C): Empresa de Larvicultura, Barra do Cunhaú – Canguaretama-RN. (D): Sede da Aquatec, Barra do Cunhaú-RN.



Fonte: Grupo de pesquisa Olhares Geográficos, 2019.

Outra atividade forte na região da foz do rio Curimataú é o turismo. Está situada no distrito de Barra do Cunhaú, no município de Canguaretama-RN (Figura 9A). É um local muito bonito, com bares (Figura 9B), pousadas, hotéis, passeios de barcos (Figura 9C), enfim, uma diversidade de formas de aproveitar cada momento de lazer no local. Esse lugar é conhecido como o “Caribe do Nordeste”, devido a suas belezas naturais que atraem centenas de turistas anualmente (Figura 9D).

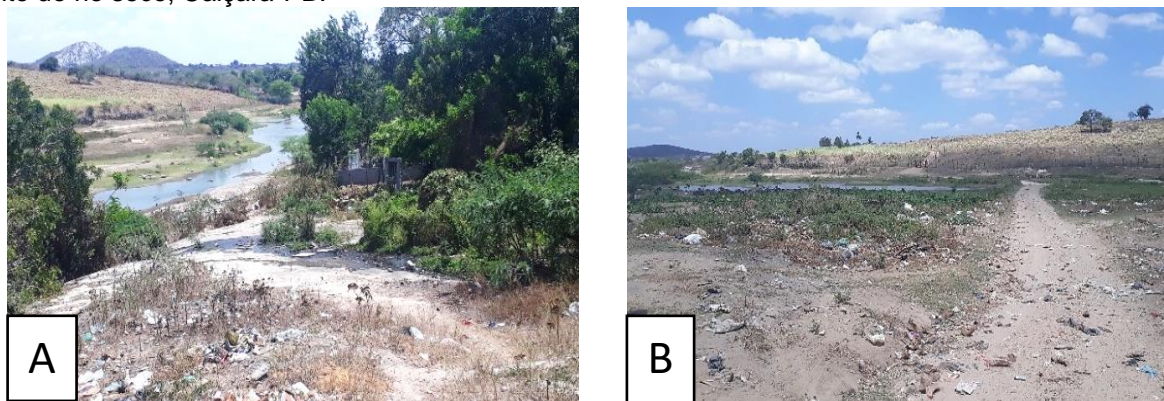
Figura 9: (A): Portal de entrada de Barra do Cunhaú, Canguaretama-RN. (B): Restaurante e ponto turístico para passeios de barcos. (C): Barcos para passeios. (D): Foz do rio Curimataú, Barra do Cunhaú-RN



Fonte: Trabalho de campo do grupo de pesquisa Olhares Geográficos, 2019.

Porém apesar de todas estas formas de ocupação encontradas ao longo do território da bacia hidrográfica do rio Curimataú, esta também sofre com problemas ambientais causados pelas atividades humanas. Em campo, foi possível identificar alguns, mas destacamos o lançamento de lixo e efluentes diretamente no leito do rio (Figura 10A e 10B).

Figura 10: (A): Despejo de efluentes no leito do rio, Caiçara-PB. (B): Descarte inadequado de lixo no leito do rio seco, Caiçara-PB.



Fonte: Trabalho de campo do grupo de pesquisa Olhares Geográficos, 2019.

Tal fato se encontra na cidade de Caiçara-PB, onde a maioria das casas, foram feitas com os fundos para o rio, ou seja, isso facilitou no descarte inadequado de lixo e no despejo dos esgotos domésticos. Mas isso afeta diretamente a disponibilidade e qualidade da água e com isso, irá existir cada vez menos água de boa qualidade para consumo humano.

7.2 ANÁLISES DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS TRABALHADAS

Durante a realização da pesquisa de campo, foi possível perceber na prática, algumas dessas atividades. Alguns locais desenvolvem os mesmos tipos de cultivos, já em outros, não são encontrados ou possuem em menor quantidades. Essa diversidade de produtos e de atividades, torna cada região específica e com papel fundamental na economia de seus respectivos estados.

As lavouras temporárias podem ser definidas como as culturas com os ciclos produtivos de curta duração no período de um ano para a colheita da safra. Se caracteriza pela preparação do terreno para a nova plantação da mesma espécie. Pode-se destacar as culturas de cereais, hortaliças, floríferas e algumas frutíferas, como a cana-de-açúcar e o abacaxi (SILVA, 2013). Alguns tipos de lavouras temporárias são bastantes comuns na área estudada.

Já as lavouras permanentes são aquelas que duram por muito tempo e geram várias safras. “Representam a cultura de colheitas no período longo do plantio da espécie de produção anual, destacando-se por exemplo as laranjeiras, as bananeiras e os coqueirais” (SILVA, 2013, p. 100).

As principais lavouras temporárias encontradas nestes 32 municípios do Rio Grande do Norte e da Paraíba, que estão inseridos na bacia hidrográfica do Curimataú, são: cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum*), feijão verde (*Vigna unguiculata*), feijão preto (*Phaseolus vulgaris*), feijão fradinho (*Vigna unguiculata*), feijão em grão (*Phaseolus vulgaris*), fava (*Vicia faba*), mandioca (*Manihot esculenta*), milho (*Zea mays*) (em grão e espiga), cana forrageira (*Saccharum*), capim elefante (*Pennisetum purpureum*) e capim limão (*Cymbopogon citratus*), inhame (*Dioscorea cayanensis* Lam), algodão herbáceo (*Gossypium hirsutum*), entre outros.

Já as principais culturas permanentes são: banana (*Musa*), manga (*Mangifera indica*), laranja (*Citrus X sinensis*), caju (*Anacardium occidentale*) (fruto e castanha), coco-da-baía (*Cocos nucifera*), maracujá (*Passiflora edulis*), mamão (*Carica papaya*), agave ou sisal (*Agave sisalana*) (fibra e folha), jaca (*Artocarpus heterophyllus*), entre outras culturas frutíferas. Na pecuária, as principais espécies são: bovinos, aves, caprinos, suínos e ovinos. Nestas atividades podem ser acrescentadas também a criação de camarão, de peixes, a pesca artesanal e o turismo. Todas essas atividades citadas, são formas de utilização do território ao longo da bacia hidrográfica.

Os municípios paraibanos da bacia do Curimataú, tem seu histórico de ocupação, pautados na pecuária, na produção de cana, do algodão e do sisal, atividades comuns no período de ocupação desses municípios. Com o passar dos tempos, algumas dessas culturas perderam valor econômico e foram substituídas por outras mais rentáveis. Nos trabalhos de campo, foi possível perceber que muitas dessas lavouras não são mais cultivadas.

Municípios como Bananeiras, Solânea, Cacimba de Dentro, Dona Inês (alto curso), possuem em seus territórios agrários, produções de feijão, milho, fava, entre outras culturas alimentícias. Estão muitos presentes, pois são plantadas para o consumo das famílias, porém quando há o excedente, ele é comercializado, na intenção de obter alguma renda extra para as famílias. Essas cidades, possuem projetos de assentamentos (PA's), que produzem alimentos, ou seja, realizam a agricultura para o abastecimento das famílias e também para comercialização.

Após a realização desses trabalhos de campo e da análise de dados sobre os municípios integrantes da bacia, foi possível observar a presente configuração destes territórios, além de compreender a atual utilização e ocupação dos territórios agrários dessas áreas. A maioria dos municípios possuem projetos de assentamentos de reforma agrária, que se configuram enquanto uma forma de utilização do território. Após análise de dados encontrados no INCRA (2017), alguns resultados foram obtidos.

O sisal também conhecido como agave é muito comum nos municípios paraibanos, pois fizeram/fazem parte, de sua ocupação. De acordo com o censo agropecuário de 1995, 2006 e 2017, Damião, Algodão de Jandaíra, Cuité, Casserengue, Olivedos, Barra de Santa Rosa, Bananeiras, estão entre os municípios que produziam/produzem o sisal. Se produz tanto a folha quanto a fibra, de onde é produzida cordas e outros produtos que a utilizam como matéria prima. As cordas e seus derivados eram muito utilizados, por isso historicamente, esses municípios foram ocupados por essa lavoura, pois era uma matéria prima rentável. Hoje a produção não é tão grande quanto em 1995.

O caju (fruto e castanha), manga, laranja, goiaba, são culturas presentes na grande maioria dos municípios, tanto da Paraíba quanto do Rio Grande do Norte. São lavouras que podem trazer lucro para os municípios, pois são bastante consumidas. Delas podem ser feito diversos produtos para consumo. O caju por exemplo, se aproveita o fruto e a castanha, ambos com considerável valor econômico. Essas

lavouras encontraram nessas regiões, o ambiente favorável para o seu desenvolvimento e progresso das plantações. Nas áreas de assentamentos, além de servirem para o consumo das famílias, o excedente pode ser comercializado.

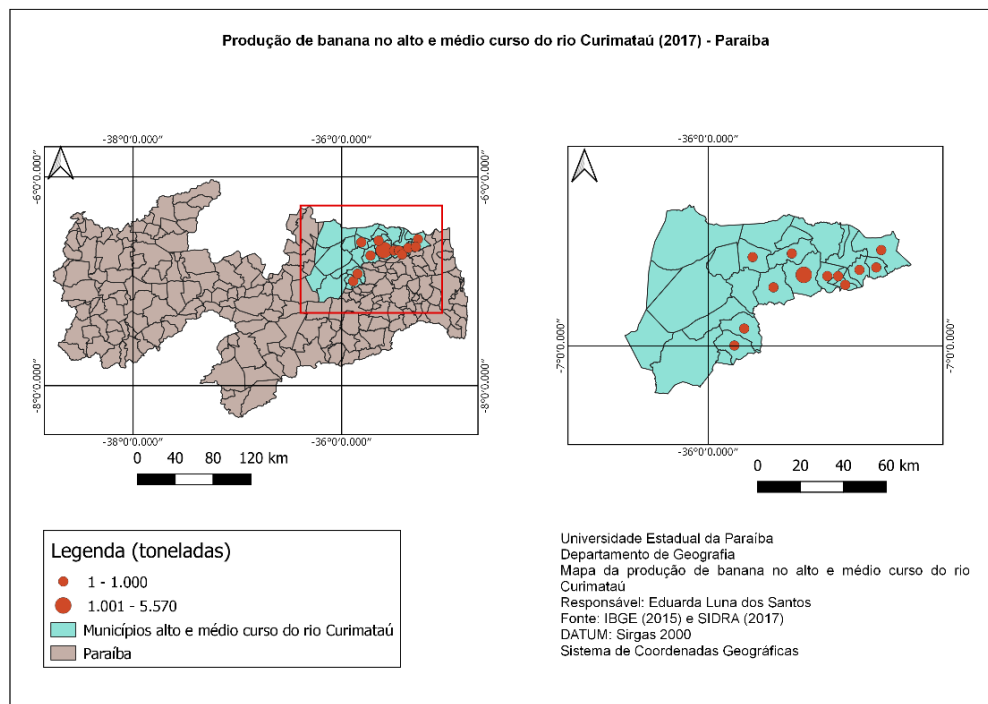
Outra forma de utilização dos territórios dos municípios, é por meio da produção das lavouras temporárias. Muito cultivadas, principalmente aquelas tradicionais para o consumo: abacaxi, feijão, milho, fava, mandioca, entre outras. Estão presentes em todos os municípios e possui importante papel na vida das pessoas que trabalham com essas culturas.

Foi observado durante os trabalhos de campo, a presença de várias dessas culturas citadas acima. As lavouras tradicionais como mandioca, milho, feijão de todos os tipos, fava, era muito comuns na região do Curimataú paraibano, ou seja, nos municípios paraibano pertencentes a bacia hidrográfica do rio Curimataú, tais como: Dona Inês, Solânea, Cacimba de Dentro, Bananeiras. Essas lavouras são as principais na região, utilizadas para o consumo das famílias e para comercialização. Presentes também nos assentamentos rurais, se constituindo enquanto lavouras de subsistência. São lavouras de rápido crescimento e conseqüentemente, rápida colheita.

Além da criação de assentamentos, outras formas de utilização territorial dos municípios pertencentes a esta bacia, também são utilizadas. Ao analisar dados do censo agropecuário de 1995, 2006 e 2017 do IBGE, foi possível perceber a produção de algumas culturas permanentes nestes municípios. Algumas das principais lavouras permanentes encontradas nestes municípios, segundo o censo agropecuário de 1995, 2006 e 2017, são: caju, coco-da-baía, goiaba, jaca, laranja, banana, manga, maracujá, entre outras.

Durante a realização do trabalho de campo, foi possível observar algumas dessas culturas na região do médio curso do rio. A banana por exemplo, pode ser encontrada na região do médio curso do rio, onde o clima e o solo são propícios para a sua produção. Além de ter boa comercialização. Podem ser encontradas em vários municípios, a exemplo de Dona Inês, Jacaraú, Bananeiras, Canguaretama, Pedro Velho, entre outros. Os municípios da Paraíba, foram marcados pela produção de culturas alimentícias, (Figura 11), desde a sua ocupação territorial.

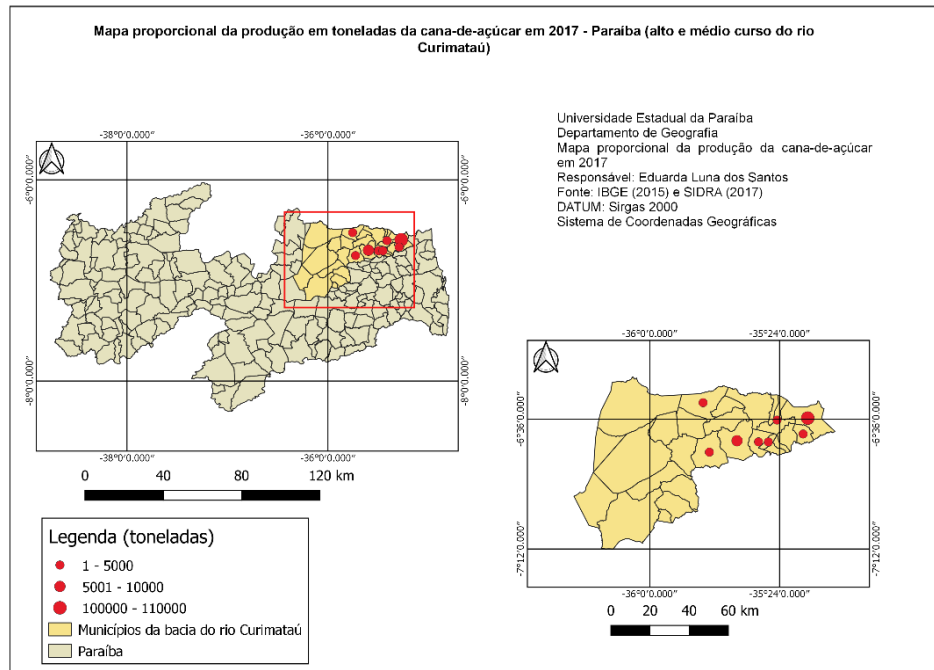
Figura 11: Produção de banana do alto e médio curso do rio Curimataú (2017) - Paraíba



Fonte: Autora (2020)

Com relação a produção de lavouras temporárias, em especial a cana-de-açúcar, no estado da Paraíba, Jacaraú é o município que mais produz, dentre os municípios que pertencem a bacia hidrográfica do Curimataú e está situado na zona da mata Paraibana. Vale ressaltar que essa região da Zona da Mata é historicamente ocupada pela monocultura canieira. A produção de Jacaraú em 1995 foi de 115.289 toneladas, já em 2006, esse total foi de 100.884 toneladas, havendo uma redução na produção. Essa redução pode ter sido resultado de doenças nos canaviais ou do fim do Proálcool e de seus incentivos fiscais. Além disso, com a fim do Proálcool, muitas usinas reduziram suas produções e até fecharam.

Porém houve um crescimento da produção em 2017, com 109.968 toneladas produzidas. Esse fato pode ser atribuído ao possível aumento do valor econômico que a cana-de-açúcar passou a ter e a procura pelos seus derivados: etanol, açúcar, entre outros. Tal fato pode ter causado a expansão das áreas e consequentemente da produção. Podemos observar no mapa abaixo, a representação proporcional da produção da cana-de-açúcar no ano de 2017, nos municípios paraibanos que pertencem a bacia do Curimataú (Figura 12). Tais municípios fazem parte do alto e médio curso do rio. A produção foi maior no município de Jacaraú, seguido de Bananeiras.

Figura 12: Produção da cana-de-açúcar em 2017 – Paraíba (alto e médio curso)

Fonte: Autora (2020)

Outra atividade presente na bacia do rio em questão, especificamente no baixo curso é a aquicultura, criação de peixes e de camarão. A criação de camarão bastante comum na região litorânea do Rio Grande do Norte, além de ser uma atividade rentável, encontrou nessa região, o ambiente propício para a instalação de tanques e desenvolvimento da produção.

A produção de camarão em cativeiro (carcinicultura), começou no Rio Grande do Norte há cerca de 40 anos. A intenção era substituir atividades econômicas que perderam seu prestígio e valor comercial. Ao observar a tabela 7 abaixo, é possível perceber a evolução da produção de camarão no Brasil e no Rio Grande do Norte, nos anos de 2015 a 2019.

Tabela 7: Quantidade produzida de camarão no Brasil e Rio Grande do Norte

Produção de Camarão (quilograma) no Brasil e no Rio Grande do Norte					
	2015	2016	2017	2018	2019
Brasil	70.521.245	52.127.207	41.078.069	45.750.438	54.335.722
Rio Grande do Norte	17.829.519	14.656.104	15.434.477	19.764.230	20.781.851

Fonte: SIDRA.

Percebe-se que este estado, vem tendo uma participação considerável na produção nacional de camarão. Em 2015, a quantidade produzida de camarão no Rio

Grande do Norte, representava 25,3% da produção nacional e em 2019, esse valor subiu para 38,2%. Alcançando assim, cada vez mais importância nacional, no que diz respeito a produção de camarão. Cumpre dizer, que nacionalmente, a produção de camarão entre o período de 2015 a 2019 houve uma queda.

O Rio Grande do Norte possui cerca de 361 produtores de camarão. Estes produtores são divididos entre micro, pequeno, médio e grande. Onde o “micro, possui uma área de produção menor que 5 hectares; o pequeno, entre 5 e 10 hectares; o médio, entre 10 e 50 hectares; o grande, acima de 50 hectares” (CARVALHO; MARTINS, 2017, p. 99). A maioria dos produtores deste estado, são micro produtores (Tabela 8).

Tabela 8: Categorias das fazendas de camarão do Rio Grande do Norte (2011)

Categoria	Nº de Produtores	%
Micro	168	46,5%
Pequeno	76	21%
Médio	89	24,7%
Grande	28	7,8%
TOTAL	361	100%

Fonte: Associação Brasileira dos Criadores de Camarão, 2013.

Com relação ao cenário nacional, o Brasil possui 1.222 fazendas de produção de camarão, também divididas entre micro, pequeno, médio e grande produtor. Com 361 fazendas, o Rio Grande do Norte lidera no quesito número nacional de produtores, representando 29,5% do número nacional. Porém, com relação a quantidade produzida, perde apenas para o estado do Ceará (ABCC, 2013).

De acordo com dados do SIDRA, sobre a pecuária municipal, destacando a produção da carcinicultura, em 2013 a produção anual de camarão no Rio Grande do Norte foi de 16.983.138 toneladas. Já a quantidade produzida de larvas e pós larvas foram de 8.898.286 unidades. Em 2018, houve um aumento na produção que foi de 19.764.230 toneladas e 6.730.300 larvas e pós larvas.

Durante o trabalho de campo, visitamos a Camanor Produtos Marinhos. De acordo com a funcionária que respondeu algumas perguntas, a Denise Pahim, supervisora administrativa da empresa, a Camanor atua no mercado a mais de 30 anos. Trata-se de uma empresa de capital aberto, com 40% de suas ações pertencentes a uma multinacional da Tailândia. Possui 653 funcionários, residentes nos municípios próximos (Canguaretama, Pedro Velho, Vila Flor, Baía Formosa, entre

outros). Perguntada sobre os salários, a funcionária respondeu que “os salários são melhores que a média do mercado”. O dono da empresa é o Suíço Werner Jost, mas a empresa é do Rio Grande do Norte. A empresa trabalha com camarão beneficiado e não fresco.

Esta é uma empresa de grande importância para o estado. A Camanor é considerada a maior empresa de produção de camarão do Rio Grande do Norte. Trabalha com camarão inteiro congelado, sem calda ou com calda, sem cabeça, tail off (eviscerado). Utiliza um sistema próprio de produção, o Aquascience, essa tecnologia de produção é baseada na associação entre diferentes sistemas, como a produção de camarão, produção de tilápia, recirculação, tratamento e reutilização de água, tudo interligado em um único sistema de produção, onde cada um completa o espaço deixado pelo outro de forma sincrônica. A implantação desse sistema propiciou o aumento e eficácia da produção¹.

Atualmente a Camanor possui duas áreas de produção: a matriz Fazenda Cana Brava em Canguaretama, a primeira unidade de produção, criada em 1983, com área total de 170 ha, área de produção de 50 ha e uma área de preservação de 120 ha. A segunda unidade de produção é a Fazenda Aratuá em Guamaré, criada em 1999, com área total de 269 ha, área de produção de 151 ha e área de preservação de 117 ha². Diversos viveiros pertencentes a esta empresa, podem ser avistados nas proximidades.

Na Fazenda Cana Brava utiliza o sistema Aquascience e na Aratuá, o semi-intensivo, com utilização de maior tecnologia, suporte a pesquisa e utilização sustentável do meio ambiente. Antes dos camarões serem retirados do viveiro, é observado o tamanho, peso, textura da casca, entre outros elementos. A Fazenda Cana Brava produz 73,6 t/ha/ciclo³. A carcinicultura predomina na região do baixo curso do rio, devido a abundância de água e de condições favoráveis a essa atividade econômica.

Pesquisando mais sobre esta empresa, encontramos diversas informações. A Camanor criou a sua própria empresa de pós-larvas, a Camanor Larvicultura, agora produz desde a pós-larva para suas produções, até a comercialização do camarão. Não precisa comprar pós-larvas, pois a empresa agora produz suas próprias matérias

¹ Informações disponíveis no site da empresa: <https://www.camanor.com.br/index.html>

² Informações disponíveis no site da empresa: <https://www.camanor.com.br/index.html>

³ Informações adaptadas do site da empresa: <https://www.camanor.com.br/index.html>

primas, cerca de 50 milhões de pós larvas por mês, não será para comercialização, apenas para manter os viveiros da empresa⁴. Antes comprava as larvas da Aquatec, outra empresa que trabalha com larvas de camarão.

A Aquatec é uma importante empresa desse ramo. Observamos durante os trabalhos em campo, pois também está situada em Canguaretama/Barra do Cunhaú. Uma empresa de pós-larvas, que produz larvas de camarão para a comercialização. Maior laboratório de produção de pós-larva de camarão marinho do Brasil. Criada em 1989, para atender a demanda do mercado de pós-larvas, principalmente para a Camanor, que comprava essas pós-larvas para a criação em viveiros, pois o dono da Camanor era sócio da Aquatec.

Produz cerca de 2,5 bilhões de pós-larvas por ano. Há 30 anos no mercado, trabalha com o melhoramento genético, para um crescimento rápido e resistente⁵. Esta empresa surgiu da necessidade de obter as pós larvas de camarão, para a produção em larga escala. Não vende suas pós-larvas apenas no Rio Grande do Norte, mas também para outras regiões do Brasil. Essas empresas contribuem para o crescimento da produção e da economia do estado, além de proporcionar empregos para várias pessoas da região onde estas estão instaladas.

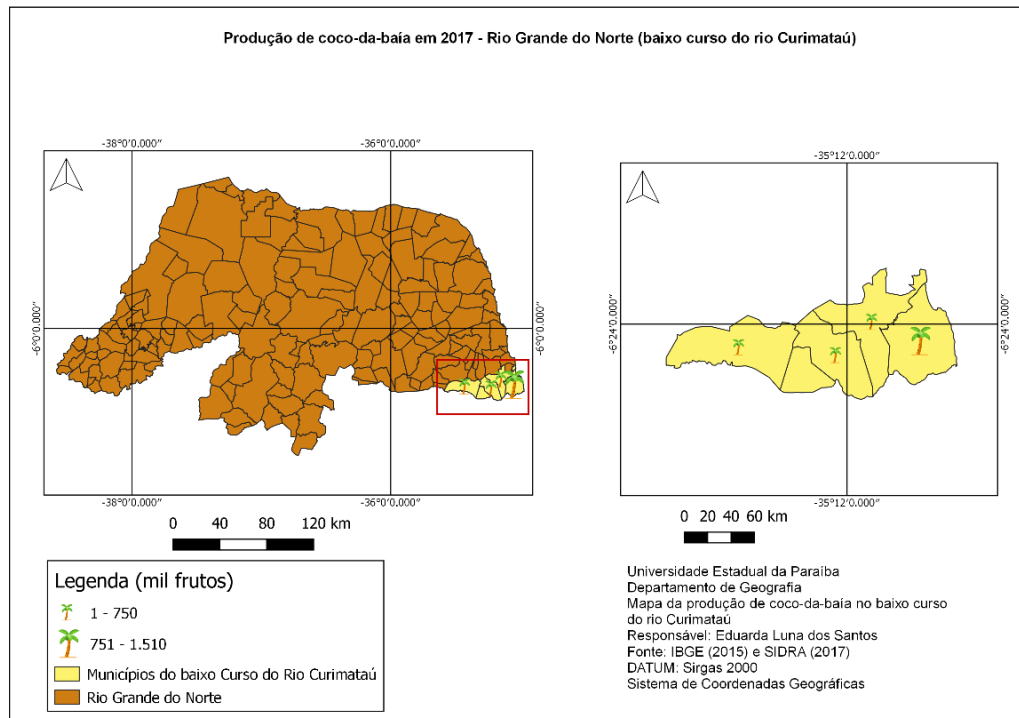
Porém, o ambiente sofre com os impactos que a instalação desses empreendimentos causa. Mesmo com toda essa importância econômica que esse tipo de produção traz. Pode-se destacar, a retirada da vegetação nativa, que neste caso é a vegetação de mangue, para a instalação dos inúmeros e extensos tanques para a criação, tanto de camarão quanto de peixes.

O coco-da-baía é outra forma de ocupação, enquanto lavoura permanente é bastante presente. No Rio Grande do Norte é encontrado em quase todos os municípios pertencentes a bacia: Baía Formosa, Canguaretama, Pedro velho e Nova Cruz, exceto Montanhas (Figura 13). A área litorânea, do baixo curso do rio é bastante propícia a produção do coco. Esses municípios tem o coco-da-baía como a principal lavoura permanente produzida. Mas na Paraíba mesmo não sendo área de litoral, também tem a produção de coco-da-baía, porém em menor quantidade. Podemos citar os municípios de Jacaraú, Logradouro, Tacima, Dona Inês, entre outros.

⁴ Informações disponíveis no site da empresa: <https://www.camanor.com.br/index.html>

⁵ Informações disponíveis no site da empresa: <http://www.aquatec.com.br/>

Figura 13: Produção de coco-da-baía no baixo curso do rio Curimataú (2017) – Rio Grande do Norte



Fonte: Autora (2020)

Outro local observado foi o distrito de Barra do Cunhaú, situada na foz do rio. Nesta área, o rio torna-se perene, assim como nos municípios de Nova Cruz, Montanhas, Pedro Velho e Baía Formosa. Esta área conta com vários bares e áreas de lazer, além de passeios de barcos e catamarã, que proporciona passeios por locais muito bonitos, sob a mistura das águas doces e salgadas. Momentos mágicos de apreciação da natureza. O turismo é muito forte na região, várias pessoas famosas passaram pela localidade. As águas calmas do rio, ainda sem onda, proporcionam aos banhistas momentos de lazer a qualquer hora do dia.

A cana-de-açúcar é uma importante lavoura temporária, cultivada em quase todos os municípios norte-rio-grandense (Baía Formosa, Canguaretama, Nova Cruz e Pedro Velho), exceto o município de Montanhas. Um destaque para Baía Formosa, que tem importante produção de cana na região, por meio da Destilaria de mesmo nome. Trabalha com a produção de álcool e atualmente de açúcar também. De acordo com dados do censo agropecuário deste município, a produção de cana-de-açúcar em 1995 foi de 348.130 toneladas.

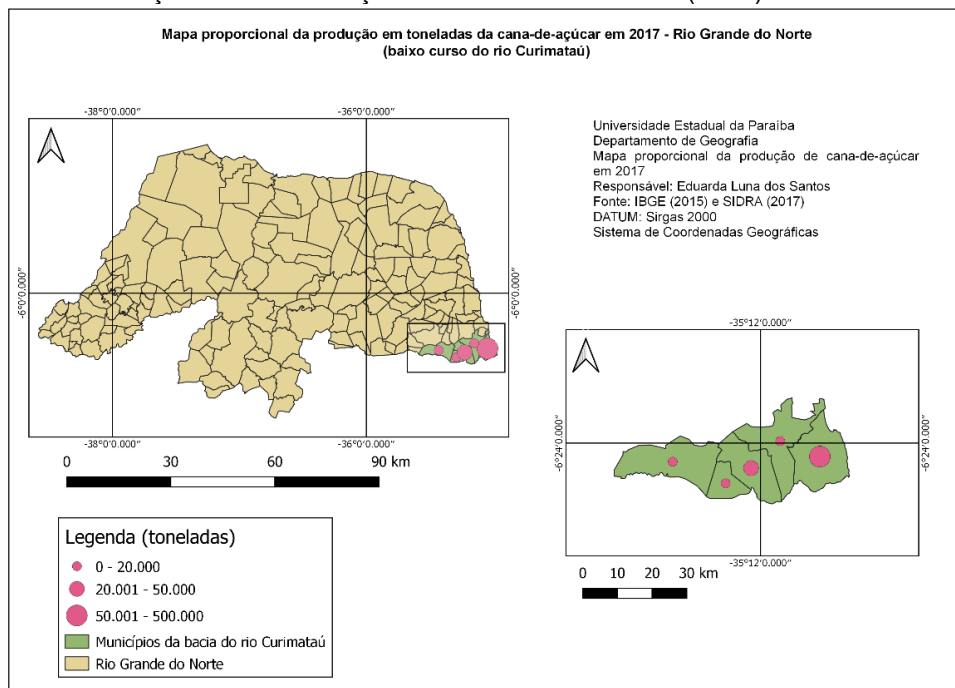
O auge da produção açucareira foi em meados de 1980, com os incentivos fiscais do Programa Nacional do Álcool (Proálcool). Um programa de incentivos criado em 1975 pelo governo federal, cujo objetivo era o crescimento da produção

sucroalcooleira no Brasil, em virtude da demanda de automóveis movidos a álcool. Isso conseqüentemente levou ao aumento da produção da cana nas regiões produtoras. Incluindo áreas da Paraíba e do Rio Grande do Norte.

Já em 2006 houve uma queda de 37% na produção, que foi de 129.020 toneladas, no município de Baía Formosa. Essa queda provavelmente se deu, a expansão da carcinicultura, criação de camarão em cativeiro, que “teve seu apogeu nos anos 1990 com a sua implantação nas regiões estuarinas, chegando sua produção no estado do Rio Grande do Norte ao ápice em 2003” (SILVA, 2013, p. 83). A carcinicultura passou a se expandir cada vez mais, assim como a produção de outras lavouras temporárias, permanentes e criação de animais, em áreas antes destinadas à produção da cana-de-açúcar.

Mas em 2017, a produção canavieira em Baía Formosa voltou a crescer consideravelmente (Figura 14). Tendo um aumento de 26%, isto é, uma produção total de 493.821 toneladas. Esse crescimento poderá ter sido resultado da queda na produção do camarão a partir de 2004, “devido ao surgimento da doença da mancha branca denominada de Mionecrose Infecciosa (IMN)” (SILVA, 2013, p. 84). Isso contribuiu para o abandono de muitos produtores, da criação do camarão e investimento novamente no cultivo da cana-de-açúcar.

Figura 14: Produção da cana-de-açúcar no baixo curso do rio (2017) – Rio Grande do Norte



Fonte: adaptado do IBGE (2015) e SIDRA (2017).

Nesses locais dificilmente ocorrem a reforma agrária, porque as grandes extensões de terras, são utilizadas na monocultura da cana e os proprietários não estão dispostos a abrir mão de suas propriedades. Ao analisar dados da Produção Agrícola Municipal (PAM) de 2010 e 2018, sobre algumas das principais lavouras temporárias da Paraíba e do Rio Grande do Norte de forma geral, a cana-de-açúcar, se destaca na produção anual em ambos os estados (Tabela 9). A Paraíba se destacou na produção de cana-de-açúcar, fava, feijão e milho em grão. Já o Rio Grande do Norte, no cultivo do algodão, batata-doce e mandioca.

Tabela 9: Produção Agrícola Municipal (Toneladas) – Lavoura Temporária PB e RN (2010 e 2018)

Paraíba	2010	2018	Rio Grande do Norte	2010	2018
Algodão herbáceo	430	581	Algodão herbáceo	1.669	1.009
Batata-doce	42.392	38.622	Batata-doce	16.946	48.186
Cana-de-açúcar	5.646.151	5.684.199	Cana-de-açúcar	3.962.017	3.855.065
Fava	2.826	3.221	Fava	372	864
Feijão (em grão)	10.176	33.878	Feijão (em grão)	10.392	22.241
Mandioca	228.126	139.069	Mandioca	341.552	232.569
Milho (em grão)	11.507	54.748	Milho (em grão)	8.119	23.934

Fonte: Produção Agrícola Municipal (PAM), 2010 e 2018.

Entre as principais lavouras temporárias presente em ambos os estados, podemos destacar a produção de cana-de-açúcar e de mandioca, como sendo as que possuem os valores produtivos mais consideráveis. Tanto na Paraíba quanto no Rio Grande do Norte, as produções da cana-de-açúcar, não sofreram mudanças significativas neste período analisado, que foram os anos de 2010 e 2018, porém houve queda. Assim como na produção de mandioca, que também registrou queda nos anos de 2010 e 2018 em ambos estados. Na Paraíba a queda na produção de mandioca foi de 61% e no Rio Grande do Norte foi de 68%.

A pecuária enquanto forma de utilização dos territórios agrários, também está presente nas áreas estudadas e se constitui enquanto uma importante atividade econômica. Ao analisar os dados do censo agropecuário sobre a pecuária nos municípios da bacia, observamos que os principais efetivos são bovinos, aves, caprinos e ovinos. O município de Pocinhos/PB se destaca na criação de aves (galinhas, galos, frangos, frangas). Em 1995 o efetivo era 112.298 cabeças, esse número subiu para 1.078.930 em 2006, chegando a 1.465.567 cabeças em 2017. O

município também se destaca na criação de caprinos, com um efetivo total de 11.334 em 2017, o maior efetivo entre todos os municípios da bacia do Curimataú.

Com relação ao efetivo bovino, Bananeiras é o que se destaca na criação. Com um total de 14.729 cabeças em 1995, esse número caiu para 13.763 em 2006 e 13.238 em 2017. Mas apesar da queda, continua sendo o município pertencente a bacia do Curimataú, que mais tem a criação de bovinos. Já com relação ao efetivo de ovinos, o destaque vai para o município de Barra de Santa Rosa, com um total de 9.609 cabeças em 2006, já em 2017 houve um aumento de 60,5%, isso representava 15.877 cabeças.

Esses municípios se destacam nestas criações, porque estão em áreas que historicamente foram ocupadas pelas mesmas e seus povoamentos foram resultado dessas culturas. Ao contrário dos municípios litorâneos, como é o caso dos situados no litoral do Rio Grande do Norte.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível perceber que os territórios agrários dos municípios estudados, passaram por diversos usos e formas de ocupações ao longo dos anos. Alguns tipos de culturas ainda existem até os dias atuais e são de grande importância para a economia, bem como para os habitantes, outras foram substituídas por aquelas de maior valor comercial. A criação dos assentamentos também é de grande importância, pois estes passaram a dar um outro valor a terra, um valor social, que é tão importante quanto o valor econômico. Além disso, produzem gêneros alimentícios para o consumo próprio e de moradores na zona urbana.

Dos 32 municípios pertencentes a bacia hidrográfica do rio Curimataú, divididos entre a Paraíba e o Rio Grande do Norte, 19 deles, possuem projetos de assentamentos. Resultado de reivindicações para a realização da reforma agrária. Os assentamentos acabam se tornando uma importante forma de utilização desses territórios, onde seu principal objetivo é promover o melhoramento na vida das pessoas que não dispõem de terra próprias para se estabelecerem. A reforma agrária busca justamente, o desenvolvimento econômico e social, garantindo uma vida mais digna por meio da propriedade da terra.

Ao analisar dados, ou seja, uma atividade teórica e verifica-los na prática por meio de trabalhos de campo, percebemos as diferentes utilizações que atualmente, estes territórios possuem. Historicamente a maioria destes municípios foram ocupados por lavouras temporárias, entre as quais pode ser citada a cana-de-açúcar ou pela pecuária. Os municípios paraibanos que estão inseridos no semiárido, se destaca a pecuária, lavouras permanentes frutíferas e temporárias alimentícias. Já os municípios situados no litoral norte-rio-grandense, se destaca a produção de cana-de-açúcar (temporária), coco-da-baía (permanente) e a criação de camarão (carcinicultura).

Observamos durante esta pesquisa que, existe diferenças entre a ocupação dos municípios do alto e médio curso (Paraíba) e o baixo curso (Rio Grande do Norte). A começar pelo regime do rio, onde no alto e médio curso é intermitente e sofre periodicamente com a seca. Enquanto que o baixo curso é perene, ou seja, tem sempre água em seu leito. Esta é a principal diferença entre essas áreas e que por causa disto, desenvolvem diferentes utilizações.

No semiárido paraibano desenvolvem-se atividades econômicas como a criação de animais (aves, bovinos, caprinos e ovinos), cultivo de lavouras frutíferas como o caju, manga, banana, manga, laranja (lavouras permanentes) e feijão, milho, mandioca, fava (lavouras temporárias). Todas essas lavouras são voltadas para a sobrevivência das pessoas, são lavouras essenciais para o desenvolvimento das famílias que moram nesta região. Por ser uma região semiárida, dispõem de pouca água, assim, os moradores procuram cultivar e criar produtos que se adequem a realidade da área. Assim, no alto e médio curso do rio, a utilização dos territórios agrários, são voltados para a sobrevivência e para a comercialização, quando é possível.

Já os municípios do Rio Grande do Norte (Canguaretama, Pedro Velho, Montanhas, Nova Cruz, Baía Formosa), estão em uma região mais privilegiada, no que diz respeito a presença de água, devido a perenização do rio. As principais atividades encontradas foi a extração de areia, criação de camarão em cativeiro (carcinicultura) e atividades turísticas, principalmente na foz. A partir do litoral, o rio Curimataú possui uma outra representatividade, ou seja, seu uso e ocupação e totalmente diferente do seu alto e médio curso, onde ele é intermitente e não tem abundância de água, que permite o desenvolvimento efetivo das lavouras.

Em toda a área do litoral potiguar onde o rio Curimataú perpassa, existe uma forte produção de camarão, extração de areia, produção de cana-de-açúcar e o aproveitamento do ponto de vista turístico. O turismo é muito presente na área, devido a existência de belezas naturais. São visíveis as diferenças físicas, econômicas, de uso e ocupação, encontradas ao longo do alto, médio e baixo curso do rio.

Portanto, esta pesquisa de conclusão de curso, que também é parte da pesquisa do PIBIC, proporcionou o conhecimento das principais formas de utilização, bem como a formação dos territórios agrários dos municípios pertencentes a bacia hidrográfica do rio Curimataú. Vale a pena ressaltar que a pandemia do Covid-19, limitou e prejudicou algumas ações da pesquisa, principalmente as atividades empíricas. Mesmo assim, a construção deste trabalho continuou, de forma limitada, mas que conseguiu atingir as metas propostas.

REFERÊNCIAS

ABCC – Associação Brasileira dos Criadores de Camarão. **Levantamento da infraestrutura produtiva e dos aspectos tecnológicos, econômicos, sociais e ambientais da carcinicultura marinha no Brasil em 2011**. Natal: ABCC, 2013. Disponível em: <<https://abccam.com.br/wp-content/uploads/2013/12/LEVANTAMENTO-DA-INFRAESTRUTURA-PRODUTIVA.pdf>> Acesso em: 01/11/2020.

AESA – Agência Executiva de Gestão das Águas do estado da Paraíba, **Relatório anual sobre a situação dos recursos hídricos no estado da Paraíba 2008-2009**. Disponível em: <http://www.aesa.pb.gov.br/aesa-website/wp-content/uploads/2016/11/relatorioHidrologico_Anuual_2008_2009.pdf> Acesso em: 06/04/2020.

ANA, Agência Nacional de Águas (Brasil). **Reservatórios do Semiárido Brasileiro: hidrologia, balanço hídrico e operação**. Anexo A. – Brasília: ANA, 2017, 103 p. Disponível em: <ana.gov.br/noticias/estudo-reservatorios/anexo-a-apodi-curimatau-paraiba.pdf> Acesso em: 29/03/2020.

BARROS, Ilena Felipe. **A inserção das mulheres na luta pela terra: movimento de participação e/ou submissão?** 2005, 230 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005, 230 p. Disponível em: <http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/bitstream/123456789/17902/1/IlenaFB_DISSERT.pdf> Acesso em: 20/03/2020.

CAMPOS, João Hugo Baracuy da Cunha; SILVA, Vicente de Paulo Rodrigues da; ROCHA, Clarissa Maria Ramalho de Sá; HOLANDA, Romildo Morant de. Caracterização hidrológica da região do Curimataú Paraibano. **II Workshop Internacional sobre água no semiárido Brasileiro**. Campina Grande, 2015. 8 p. Disponível em: <<https://pos-graduacao.uepb.edu.br/ppgdr/ii-worshop-internacional-sobreagua-no-semiarido-brasileiro>> Acesso em: 29/03/2020.

CARVALHO, Roberto Aurélio Almeida; MARTINS, Pedro Carlos Cunha. **Caracterização da atividade de carcinicultura no vale do rio açu, Rio Grande do Norte, Brasil**. HOLOS, v. 2, p. 96-107, 2017.

ESTATUTO DA TERRA. **Lei 4.504**, 1964. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm> Acesso em: 27/06/2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. – Petrópolis-RJ: Vozes, 2000. 316 p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. 2005, p. 1-57. Disponível em: <<http://www.enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/71/f1301questo-agrria-conflitualidade-e-territorialidade.pdf>> Acesso em: 01/06/2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** – 1. Ed.- São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008, p. 197-215.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico.** Presidente Prudente: [s.n], v. 1, 2013a. 343 p

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico.** Presidente Prudente: [s.n], v. 2, 2013b. 329 p.

FRANÇA SEGUNDO, Maxione do Nascimento. **Território e reforma agrária no Rio Grande do Norte.** 2017, 243 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017, 243 p. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/25118>> Acesso em: 01/04/2020.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira.** 2008, 347 p. Tese (Doutorado em Geografia). – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008, 347 p. Disponível em: <repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11494/girardi_ep_dr_prud.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 30/03/2020

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**, 2019. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>> Acesso em: 24/04/2020.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Painel dos Assentamentos SR 18 – Paraíba**, 2017. Disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/Painel/ImprimirPainelAssentamentos.php?cod_sr=18&Parameters%5BPlanilha%5D=Nao&Parameters%5BBox%5D=GERAL&Parameters%5BLinha%5D=1> Acesso em: 23/04/2020.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Painel dos Assentamentos SR 19 – Rio Grande do Norte**, 2017. Disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/Painel/ImprimirPainelAssentamentos.php?cod_sr=19&Parameters%5BPlanilha%5D=Nao&Parameters%5BBox%5D=GERAL&Parameters%5BLinha%5D=1> Acesso em: 23/04/2020.

LIMA, Edvaldo Carlos de; AMORIM, Caio Augusto Maciel; THOMAS JUNIOR, Antonio. Movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária na Paraíba: concepções teóricas a partir do trabalho de campo. In: X Colóquio Internacional de Geocrítica, **Anais...** Barcelona, 2008. Disponível em: <<ub.edu/geocrit/-xcol/212.htm>> Acesso em: 30/03/2020

MIRALHA, Wagner. Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. **Revista Nera**, ano 9, nº 8, janeiro-junho, Presidente Prudente, 2006, p. 151-172. Disponível em: <<revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1445/1422>> Acesso em: 20/03/2020

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos de geografia agrária da Paraíba.** – João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1996, 333 p.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. Espaço, capital e trabalho no campo paraibano. **Revista da ANPEGE**, v. 7, nº 1, out, 2011, p. 147-160.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa.** 6ª Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. 232 p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária.** São Paulo: Labur Edições, 2007. 184 p.

PAIVA, Krissia Luana Nunes de. **Análise dos custos e da viabilidade da carcinicultura dos micros produtores do município de Tibau do Sul/RN.** 2018, 58 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis). – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018, 58 p.

PODELESKI, Onete da Silva. Lei de Terras de 1850. **Revista Santa Catarina de História**, v. 1, nº 2, Florianópolis – UFSC, 2009. p. 47-58. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/novoconteudo/acervo/catalogo/leis_terras.pdf> Acesso em: 11/06/2020.

RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** – 1. Ed.- São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008, p. 17-35.

SALIS, Carmem Lúcia Gomes de. Estatuto da Terra: debates políticos e as disputas pela forma da reforma agrária no primeiro governo militar. **Antítese**, v. 7, n. 13, jan-jun, 2014, p. 493-516. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/19040>> Acesso em: 26/06/2020.

SANTOS, Christine de Sena; ARAUJO, Maria Valéria Pereira de; ALMEIDA, Sonia Trigueiro de. A carcinicultura no Rio Grande do Norte: perspectivas e desafio. **Desenvolve: Revista de Gestão do Unilasalle**, v. 4, n. 2, Jul, Canoas, 2015, p. 131-153. Disponível em: <<https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/desenvolve/article/view/2316-5537.15.7>> Acesso em: 27/06/2020.

SANTOS, Eduarda Luna dos; MEDEIROS, José Gustavo França de; RODRIGUES, Leandro Paiva do Monte. Processo de reforma agrária na bacia hidrográfica do rio Curimataú – Semiárido Paraibano. In: I Congresso Internacional do Meio Ambiente e Sociedade e III Congresso Internacional da Diversidade do Semiárido. **Anais...** Campina Grande, 2019. 12 p. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/revistas/conidis/trabalhos/TRABALHO_EV133_MD1_S A42_ID1105_20092019210854.pdf> Acesso em: 29/03/2020

SANTOS, Fernando Laurentino dos. **O rio Curimataú na interface territorial do município de Logradouro-PB.** 2012, 54 p. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Geografia). - Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2012. 54 p.

SÁ SOBRINHO, Rosivaldo Gomes de. **Agricultura camponesa no Curimataú Paraibano: entre a subsistência e a sustentabilidade socioambiental.** 2010, 203 p. Tese (Doutorado em Sociologia). – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010, 203 p. Disponível em: <reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/2010%20Rosivaldo%20Gomes%20de%20Sa%20Sobrinho.pdf> Acesso em: 16/03/2020

SCHIAVETTI, Alexandre; CAMARGO, Antonio F. M. **Conceitos de bacias hidrográficas: teorias e aplicações.** Ilhéus, Bahia: Editus, 2002. 293 p.

SCHMIDT, Ricardo; MOUTINHO, Lúcia; TARGINO, Ivan. Recursos ambientais e dinâmica populacional no semiárido paraibano: um estudo dos casos de Condado e Santa Helena. In: XLII Congresso da SOBER, **Anais...** Cuiabá-MT, 2004. 14 p. Disponível em: <sober.org.br/palestra/12/050276.pdf> Acesso em: 02/04/2020

SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática. **Tabelas da Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM) – Rio Grande do Norte.** Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/territorio>> Acesso em: 30/10/2020

SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática. **Tabelas do Censo Agropecuário de 1995, 2006 e 2017.** Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/territorio>> Acesso em: 23/04/2020.

SILVA, Francicélio Mendonça da. **Análise da vulnerabilidade ambiental no estuário do rio Curimataú/Cunhaú, Baía Formosa e Canguaretama – RN.** 2013, 152 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013, 152 p. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/18954/1/FrancicelioMS_DISSE RT.pdf> Acesso em: 31/03/2020.

SILVA, José de Arimateia de Oliveira. **Lutas e conquistas do Assentamento Vazante: a construção de um território de esperança.** 2017, 95 p. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Geografia). – Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2017, 95 p.

SILVA, Orildo Sávio de Oliveira. **Avaliação social de empreendimentos agroindustriais: um estudo na carcinicultura.** 2005, 74 p. Tese (Mestrado das Ciências em Engenharia de Produção). – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005, 74 p. Disponível em:

SILVA, Rodrigo Brito da; GARCIA, Maria Franco. Terra, água e território: conflitos na bacia do rio Paraíba. In: XXI Encontro Nacional de Geografia agrária, **Anais...** Uberlândia-MG, 2012. 19 p. Disponível em: <lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1391_2.pdf> Acesso em: 29/03/2020.

STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Atual, 1997. 71 p.

TEODORO, Valter Luiz Iost; TEIXEIRA, Denilson; COSTA, Daniel Jadyr Leite; FULLER, Beatriz Buda. O conceito de bacia hidrográfica e a importância da caracterização morfométrica para o entendimento da dinâmica ambiental local.

Revista Uniara, n. 20, 2007, p. 137-156. Disponível em:

<<https://www.uniara.com.br/legado/revistauniara/pdf/20/revuniara2011.pdf>> Acesso em: 17/04/2020.

TURETTA, Ana Paula Dias. **Mudanças de uso da terra em bacias hidrográficas**. –

Dados eletrônicos. – Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2013, 18 p. Disponível em:

<<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/87953/1/DOC-139-Mudancas-Uso-Terra-BH.pdf>> Acesso em: 11/11/2020.